




NAÇÕES
UNIDAS
GUINÉ-BISSAU

A stylized illustration of a diverse group of people, including men and women of various ethnicities, all wearing face masks. The illustration uses a color palette of dark blue, light blue, orange, and brown. The people are shown from the chest up, with some looking forward and others looking to the side. The background is a solid dark blue.

Plano de Resposta Socio-Económica à pandemia da COVID-19 na Guiné-Bissau

Índice

Prefácio	2
Sumário executivo.....	6
Principais constatações.....	6
Construir melhor daqui em diante.....	8
Mobilização de recursos e parcerias	11
1: Introdução	14
1.1 Fundo	15
1.2 Ingredientes-chave para reconstruir melhor na Guiné-Bissau.....	16
2: A saúde em primeiro lugar – reforçando o sistema da saúde	19
2.1 Avaliação da situação.....	20
2.2 Recomendações gerais.....	21
2.3 Medidas de apoio no imediato	22
Reforçar o sistema nacional de saúde para responder à pandemia	22
2.4 Medidas de apoio no médio prazo	24
2.5 Medidas de apoio no longo prazo	24
2.6 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU	25
3: Proteger as pessoas com protecção social e serviços de base	29
3.1 Análise da situação	30
3.2 Recomendações gerais.....	31
3.3 Medidas de apoio no imediato	32
3.4 Medidas de apoio no médio prazo	33
3.5 Medidas de apoio no longo prazo	33
3.6 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU	34
4: Resposta e recuperação económica – proteger empregos, empresas e trabalhadores do sector informal	37
4.1 Análise da situação	38
4.2 Recomendações gerais.....	39
4.3 Medidas de apoio no curto prazo	41
4.4 Medidas de apoio no médio a longo prazo.....	43
4.5 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU	44

5: Resposta macroeconómica e colaboração multilateral	47
5.1 Análise da situação	48
5.2 Recomendações gerais.....	49
5.3 Medidas de apoio no curto prazo	52
5.4 Resposta e prontidão no médio prazo.....	52
5.5 Medidas de apoio no longo prazo	53
5.6 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU	53
6: Coesão social e resiliência comunitária.....	55
6.1 Análise da situação	56
6.2 Recomendações gerais.....	57
6.2 Medidas de apoio no curto prazo	59
6.3 Medidas de apoio no médio prazo	59
6.4 Proposta de valor e intervenções do Sistema de Desenvolvimento da ONU	60
7: Perspectiva estratégica, parcerias e mobilização de recursos	63
7.1 Resumo	64
7.2 Formular uma resposta coerente, colaborativa e colectiva	65
7.3 Parcerias e quadro de mobilização de recursos.....	65
7.3.1. Fundos para apoiar o Plano de Resposta Socio-Económica	66
7.3.3. Ambiente de ajuda	68
7.4 Perspectiva de financiamento	69
7.5 Medidas a tomar no imediato e no médio prazo no quadro da criação de parcerias e mobilização de recursos.....	72
Anexo 1: Nota sobre as medidas do Governo em resposta à pandemia da COVID-19	76
Anexo 2: Ligações entre os pilares da recuperação e os documentos estratégicos que as orientam.....	78
Anexo 3: Matriz de respostas/projectos socio-económicos correntes ou previstos para mitigar os impactos da COVID-19 na Guiné-Bissau	80
Anexo 4: Lista de acrónimos	92

Prefácio

A COVID-19 pôs a descoberto e chamou a atenção para as muitas deficiências ligadas à prestação de serviços públicos e das estruturas institucionais em países em todas as partes do mundo. Na Guiné-Bissau, a vulnerabilidade endémica da economia foi esforçada para além dos seus limites e está a abrir brechas em muitas áreas. Em particular, a inexistência de regimes de protecção social à altura e a depauperação das finanças públicas desafiaram seriamente a capacidade do Governo de proteger a sua população.

Com base nas informações disponíveis na Guiné-Bissau e noutras paragens aprendemos muito com esta crise. Entre outros aspectos sabemos que tem o potencial de induzir uma mudança para melhor. É bastante frequente que as crises tragam consigo a mudança – e tal mudança pode ser um avanço ou pode piorar as coisas. Estamos a atravessar um momento em que os nossos futuros colectivos e individuais estão nas nossas mãos, com uma oportunidade não só de recuperar como também de construir melhor daqui em diante.

Este Plano de Resposta Socio-Económica (SERP) foi desenvolvido no contexto do quadro geral da “via da recuperação” da ONU da COVID-19 e vem na senda das actividades iniciais de análise e programação do sistema das Nações Unidas desde a eclosão da pandemia em Março de 2020. Desde essa altura, as organizações, fundos, e programas das Nações Unidas que trabalham na Guiné-Bissau elaboraram numerosas avaliações e sondagens temáticas para aferir o impacto da pandemia sobre as pessoas, instituições e empresas, assim como o ambiente.

O Coordenador Residente da ONU orientou a visão geral e a elaboração do Plano, com o apoio estratégico e substancial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que assumiu a liderança técnica, e com a plena participação de todos os Pontos Focais da Equipa de País das Nações Unidas (UNCT) e dos nossos interlocutores no Governo. O Plano aproveita plenamente as capacidades do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) na Guiné-Bissau, incluindo as seguintes 10 agências, fundos e programas: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional também desempenharam papéis muito substanciais e essenciais.

Este Plano apresenta iniciativas úteis para chegar a bons resultados nas seis vertentes de trabalho no quadro socio-económico definido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Entre estas, incluem-se programas concebidos por medida para: 1) reforçar a protecção social; 2) dar apoio a pequenas e médias empresas; 3) promover intervenções com enfoque no género; 4) reforçar o desenvolvimento económico local através de um crescimento económico inclusivo e de uma recuperação verde; 5) acelerar a transformação digital; e 6) promover a inclusão financeira como um meio de gerir a incerteza. Cada uma destas áreas interrelacionadas será crucial para uma recuperação bem sucedida, sustentável e completa.

Como a Guiné-Bissau é considerada um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), a braços com situações particulares de vulnerabilidade e condicionamentos sociais, económicos e ambientais, este Plano de resposta inclui necessariamente a visão SIDS de uma abordagem integrada que promova a diversificação económica, instrumentos de financiamento inovadores e a expansão da “economia azul”. O Banco Mundial define a economia azul como “o uso sustentável dos recursos marinhos para o crescimento económico, meios de subsistência e empregos melhorados preservando ao mesmo tempo a saúde dos ecossistemas marinhos”.

Estamos a atravessar um momento singular na Guiné-Bissau: um novo governo entrou em funções precisamente no início do surto, tendo a possibilidade de dar forma a uma recuperação sustentada, de encabeçar um progresso mais rápido assegurando o bem-estar dos cidadãos, reverter o aumento das desigualdades e tirar partido dos esforços colectivos de todas as comunidades. Também é uma altura em que o país pode libertar o seu potencial e expectativas próprias de um pequeno estado insular em desenvolvimento e impulsionar o sector privado subdesenvolvido que é dominado pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Acreditamos que este Plano de Resposta Socio-Económica apresenta uma oportunidade singular de construir melhor daqui em diante com os nossos parceiros na Guiné-Bissau. Através dos nossos esforços colaborativos, seremos capazes de aproveitar e reforçar o processo de recuperação e aumentar a resiliência dos guineenses.



Mamadou Diallo

Coordenador Residente da ONU na Guiné-Bissau



Tjark Egenhoff

Representante Residente do PNUD na Guiné-Bissau

Sumário executivo

A Equipa de País das Nações Unidas (UNCT) na Guiné-Bissau apresenta o seu Plano de Resposta Socio-Económica (SERP), reflectindo uma abordagem abrangente e coordenada a trabalhar com todas as agências, fundos e programas do sistema das Nações Unidas, juntamente com IFIs, doadores bilaterais e actores do sector privado e da sociedade civil para assegurar um quadro de resposta conjunta alinhado com os planos e prioridades do governo. O SERP visa mitigar a pandemia na Guiné-Bissau e abordar os impactos socio-económicos negativos das medidas tomadas para controlar a sua disseminação.

Este SERP foi informado por vários estudos actualizados, respectivamente elaborados por diversos membros de uma equipa, todos eles da ONU, com base nas suas áreas de competência específicas: saúde, protecção social e a disponibilização de serviços, empregos e estabilidade macroeconómica, coesão comunitária, governação e resiliência. O Plano apoia-se na Avaliação do Impacto Socio-Económico (SEIA) do PNUD e recentes avaliações de agências das Nações Unidas e instituições governamentais. O SERP está organizado em torno dos cinco pilares do quadro de resposta à COVID-19 do Secretário-Geral, apoiados numa visão de construir melhor daqui em diante, transformando a crise numa oportunidade de acelerar o progresso rumo à realização dos ODS na Década de Acção. Alavanca lições aprendidas de intervenções correntes e passadas e alinha o apoio previsto com as prioridades do governo conforme expressas no Plano Nacional de Contingência para a COVID-19, na Estratégia para o Desenvolvimento, Emprego e Fomento Industrial 2020-2024, conhecida como 'Hora Tchiga' assim como no Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023.

A COVID-19 continua a ser uma crise complexa, em rápida evolução, cujos impactos são difíceis de prever com alguma certeza. Monitorização, adaptação e planeamento prospectivo contínuos são de uma importância crítica. Este relatório apresenta recomendações de curto, médio e longo prazo para orientar as intervenções no sentido de construir uma Guiné-Bissau mais resiliente, inclusiva, inovadora e verde. O relatório vai orientar as estratégias e intervenções da UNCT e dos seus parceiros para o desenvolvimento ao longo do ano de 2021 e integrar o Quadro de Cooperação das Nações Unidas 2022-2026 para assegurar uma recuperação sustentada e sustentável a longo prazo.

Principais constatações

Desde Março de 2020, quando foi relatado o primeiro caso, a Guiné-Bissau continua, em meados de 2021, a sofrer múltiplas vagas de infecção da COVID-19, com os picos de casos e

mortes a piorarem progressivamente. Ao passo que a primeira vaga da pandemia progrediu mais devagar do que tinha sido previsto, a Guiné-Bissau, tal como muitos outros países africanos, viveu uma segunda vaga de evolução rápida de Janeiro a Junho de 2021. Embora enfrentasse uma segunda vaga com variantes mais contagiosas, a Guiné-Bissau relaxou as rigorosas medidas de confinamento e distanciamento social ditadas pelos imperativos da saúde pública que acompanharam a primeira vaga.

Uma terceira vaga está a desenvolver-se no momento em que este relatório segue para impressão — com a variante delta, uma estirpe altamente contagiosa do vírus. Até Setembro de 2021, houve um número cumulativo de 6.087 casos confirmados e 133 mortes — o que será provavelmente a ponta do icebergue, dada a falta de um sistema fiável de testes e notificações. A Guiné-Bissau está atrasada no acesso às vitais vacinas. Até Julho de 2021, apenas 1,2 por cento da população receberam uma única dose da vacina, o que é uma das taxas mais baixas em África.

Redes de protecção social direccionadas para os pobres são uma parte crítica dos esforços para combater os impactos negativos da pandemia e proteger os ganhos substanciais alcançados na luta contra a pobreza, insegurança alimentar e malnutrição. No entanto, na Guiné-Bissau, tais programas permanecem extremamente limitados tanto em escala como em cobertura. Antes da pandemia, os regimes de protecção social chegavam a meros 0,3 por cento da população vulnerável, num país onde 70 por cento da população vivem abaixo do limiar nacional da pobreza. Embora a lei-quadro da protecção social tenha sido adoptada em 2007, o seu enfoque incide nos empregados assalariados do sector formal, dadas as contribuições obrigatórias para a segurança social. Os trabalhadores informais, que representam a esmagadora maioria da força de trabalho, não se encontram abrangidos.

A pandemia realçou a necessidade de integrar as estratégias de educação, saúde, alimentação e nutrição para abordar a pobreza multidimensional na Guiné-Bissau. Por exemplo, o investimento em nutrição vai salvar vidas no curto prazo, ao passo que a melhoria do desenvolvimento cognitivo das crianças, assim melhorando o nível de educação, fará outro tanto no longo prazo.

O sector privado foi fortemente castigado pela pandemia e as perturbações económicas que esta causou. Enquanto a perspectiva exacta da situação ainda se desenha, o que é certo é que muitas empresas reduziram as suas operações, com óbvias implicações no emprego. Mais de 81 por cento das empresas consultadas recentemente estavam com falta de liquidez. No entanto, as pequenas empresas mostraram-se mais resilientes em termos de retenção de empregados do que se esperava. As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) recentemente consultadas pelo PNUD na Guiné-Bissau foram as que demonstraram mais relutância em despedir trabalhadores, mesmo no início e pico da pandemia, um padrão que condiz com o da região.

O abrandamento da economia e o imperativo de concentrar a despesa pública em encargos com a saúde e programas sociais relacionados com a COVID-19 afectaram a balança macroeconómica e complicaram as expectativas de uma recuperação sustentada. Em 2020, o crescimento económico foi de -2,4 por cento (por comparação aos 4,5 por cento de 2019).

Embora as projecções indiquem que o crescimento voltará a subir para os três por cento em 2021, a produção só regressará aos níveis de 2019 em 2023. O FMI estima que as receitas excluindo subsídios se reduzirão de 13 por cento em 2019 a 12,1 por cento em 2020. Espera-se que esta tendência se prolongue no futuro, com as receitas internas a recuperarem a conta-gotas até alcançarem o valor anterior à crise em 2025. A introdução de incentivos económicos para uma economia “verde” e circular poderiam acelerar o processo de recuperação e oferecer importantes oportunidades às empresas no âmbito da resposta à crise.

Embora o caminho da recuperação continue extremamente incerto, uma coisa certa é: a Guiné-Bissau deveria abraçar esta oportunidade para construir melhor daqui em diante em vez de voltar à trajectória anterior de um crescimento desigual, pouco diversificado e insustentável.

Construir melhor daqui em diante

É de uma importância crítica manter a funcionar, antes de mais nada, os serviços de saúde essenciais. A escala do surto da COVID-19 excedeu todas as previsões dos planos de contingência do governo e do Sistema das Nações Unidas. Durante a primeira vaga, a mobilização de prestadores de serviços de saúde para a gestão e o tratamento da COVID-19 resultou na carência de vitais serviços de saúde de rotina. Dada a possibilidade da reemergência de ‘vagas’ da pandemia e tendo em consideração o contexto e as necessidades em mutação, é crucial que se dê prioridade aos serviços de saúde essenciais. Tais esforços deverão priorizar serviços cruciais de prevenção e tratamento de doenças infecciosas, incluindo as respectivas vacinas. Deverão incluir serviços relacionados com a saúde reprodutiva, incluindo as fases de gravidez e parto. Em última análise, devem ser plena e proactivamente inclusivos, visando todos os grupos vulneráveis, incluindo os mais deixados para trás, como as pessoas com deficiências e migrantes.

A vacinação continua a ser uma das mais importantes medidas de saúde pública na caixa de ferramentas para gerir pandemias e os seus impactos. O maior risco para uma recuperação sustentada é a persistência da pandemia, prolongada pela introdução e propagação de novas variantes contagiosas do coronavírus. Sem se abordarem os impedimentos crónicos do sistema de saúde relacionados com a aquisição, distribuição, administração e hesitação em relação às vacinas, os estrangulamentos sistémicos colocariam bens vitais fora do alcance da população, incluindo a mais vulnerável. Enquanto a vacinação de toda a população não estiver alcançada, intervenções de saúde pública como o porte universal de máscaras, o distanciamento social, a higiene das mãos, as estratégias de testagem e rastreamento, comunicação de riscos e empenho comunitário vão continuar a ser necessárias para conter novos surtos.

A expansão de sistemas de protecção social resilientes, favoráveis aos pobres e financiados de uma forma sustentável continua a revestir-se de uma importância crítica. O acesso a regimes de uma rede de protecção social não contributiva pode fazer uma diferença vital para raparigas, rapazes, mulheres e crianças vulneráveis, dando-lhes a possibilidade de satisfazer

as suas necessidades básicas de alimentação e nutrição. Estão a decorrer várias iniciativas de assistência social, sublinhando a necessidade de uma abordagem coordenada para identificar programas, parceiros e lacunas existentes e criar sinergias e complementaridades para potenciais intervenções de assistência através da nova rede de protecção e outros projectos.

O sector privado tem de desempenhar um papel muito mais importante na recuperação do país se a Guiné-Bissau quiser sair da armadilha de um crescimento baixo e volátil. Dado que o governo tem pouca folga fiscal para financiar investimentos públicos, o país poderia procurar um financiamento através do sector privado melhorando o clima de negócios através de quadros regulatórios e políticos informados que melhor apoiem o potencial das MPMEs de criar riqueza, empregos e crescimento inclusivo.

É necessário apoiar os produtores de pequena e média dimensão, os vendedores e os trabalhadores informais, que foram os mais afectados pela pandemia. Assim se ajudará a assegurar um crescimento económico local sustentado. Tal inclui a necessidade de salvaguardar e valorizar as cadeias de fornecimento dos pequenos produtores até aos vendedores. É necessário promover a diversificação agrícola e cadeias de valor que a longo prazo venham a reduzir a dependência da economia da produção da castanha de caju.

Todos os esforços devem centrar-se na diversificação económica e priorizar a igualdade de género o empoderamento das mulheres, uma vez que isso terá um efeito multiplicador em todos os ODS. Os esforços de diversificação poderiam, por exemplo, criar oportunidades para MPMEs operarem no ramo do turismo sustentável, das pescas e se dedicarem mais ao processamento e multiplicarem o valor acrescentado dos produtos agrícolas.

Uma solução-chave capaz de trazer ganhos económicos a longo prazo é a de fazer aumentar a produtividade e reduzir os malefícios da recessão induzida pela pandemia no investimento, emprego, capital humano e no sistema financeiro. O investimento em infra-estruturas resilientes, digitais e amigas do clima, poderia caminhar de mãos dadas para impulsionar a produtividade, a resiliência e o crescimento da economia.

É essencial que se melhore a transparência, a responsabilidade e o desempenho do sistema fiscal de um modo sustentável e amigo das empresas em dificuldades. Tal mobilização das receitas públicas é necessária para aumentar a despesa com a saúde e infra-estruturas prioritárias. A política fiscal terá de expandir além das formas tradicionais de impostos indirectos para incluir impostos modernos e directos, que são mais progressivos e se centram mais nos rendimentos e lucros do que nas actividades comerciais e empresariais. A Guiné-Bissau tem uma das taxas de arrecadação fiscal mais baixas da região, expressa como percentagem do PIB. A racionalização e simplificação da miríade de impostos num sector crítico como o do caju vai melhorar o clima de negócios e servir de incentivo a mais investimentos. Na actualidade existem múltiplos impostos e taxas no sector do caju que são distorcionários e regressivos, com o seu fardo a recair de forma desproporcional sobre pobres agricultores e empresas.

As intervenções políticas para ajudar a recuperação envolvem frequentemente compromissos, tais como os entre opções diferentes ou riscos financeiros e riscos não financeiros. É importante entender os impactos distributivos que qualquer intervenção vai causando ao longo do tempo na economia e nos sectores sociais e ambientais. Sendo assim, o governo e o seus parceiros devem analisar os impactos distributivos de qualquer proposta de política e basear a sua escolha da direcção política na redução das desigualdades, dando prioridade às necessidades dos mais deixados para trás e abordando vulnerabilidades e desigualdades pré-existentes e cruzadas. Todas as intervenções propostas devem ser coordenadas com todos os interessados para que as informações possam ser partilhadas – a fim de melhor informar a tomada de decisões políticas e melhorar a resposta operacional. Uma comunicação clara sobre as intenções políticas e medidas para proteger os vulneráveis são essenciais para a construção de apoio social em torno de reformas e compromissos difíceis e emergentes.

Na busca da plena recuperação social e económica é crítico que se incluam as vozes e os contributos de dois importantes grupos de interessados: as mulheres e a juventude. É crucial que as mulheres sejam envolvidas na tomada de decisões para mitigar os impactos negativos da pandemia nos meios de subsistência e sobre os investimentos previstos em prol de uma recuperação sustentável e inclusiva. De forma similar, a incorporação de uma perspectiva jovem e o investimento na criatividade e no espírito empreendedor da juventude em todo o país trará soluções inovadoras para desafios locais à recuperação do pós-COVID-19. A juventude não é apenas o futuro da Guiné-Bissau: é o seu presente.

Daqui para a frente, será importante reforçar a tomada de decisões políticas, o planeamento e a coordenação em apoio a grupos vulneráveis. Tal pode requerer o reforço das capacidades técnicas das instituições de desenvolver estratégias de resposta sectoriais inclusivas que sejam centradas nas pessoas. Poderia dar-se mais espaço para as organizações da sociedade civil agirem como monitores transparentes para assegurar a proporcionalidade e transparência das políticas, com especial relevo para as que imponham limitações aos direitos humanos ou tenham um impacto sobre os mesmos. Como a incidência da violência contra mulheres e raparigas aumentou durante a pandemia, uma melhor coordenação entre a polícia, a justiça e sectores alheios à justiça ajudaria a assegurar que as mulheres e raparigas tenham um acesso seguro a serviços de protecção.

É necessário melhorar a governação e responsabilidade democrática para assegurar uma recuperação plena e voltar a pôr o país na senda da recuperação das recentes crises políticas e institucionais. Sem instituições governativas de confiança e eficazes, as sociedades “pacíficas, justas e inclusivas” prometidas pelo ODS16 tornar-se-ão cada vez mais difíceis de alcançar devido às consequências da pandemia.

Mobilização de recursos e parcerias

O Secretário-Geral da ONU delineou uma visão de como a comunidade internacional pode dar uma resposta eficaz e coordenada à COVID-19, assegurando a manutenção de uma atenção redobrada às populações mais vulneráveis. Enquanto a Ajuda Total ao Desenvolvimento (AOD) se tenha mantido globalmente constante, será necessário alargar as parcerias existentes com parceiros-chave para o desenvolvimento para pôr em prática este Plano e assegurar que a Guiné-Bissau volte a encarrilar com as suas prioridades de desenvolvimento. Para apoiar tais esforços em países de baixo e médio rendimento, o Secretário-Geral da ONU lançou como uma das medidas um Fundo Fiduciário para Resposta e Recuperação da ONU. Outros fundos foram activados, mas precisam de reforço. A Organização Mundial da Saúde (OMS), que lidera e coordena o esforço global, lançou um pedido de US\$1,96 mil milhões para cumprir os requisitos do Plano Estratégico de Prontidão e Resposta de 2021.

Em 2020, o Fundo Global de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária atribuiu quase US\$1 mil milhões a 106 países para apoiar as suas respostas à COVID-19. Graças aos investimentos e contributos de um número crescente de doadores, puderam prosseguir com as suas actividades em 2021.

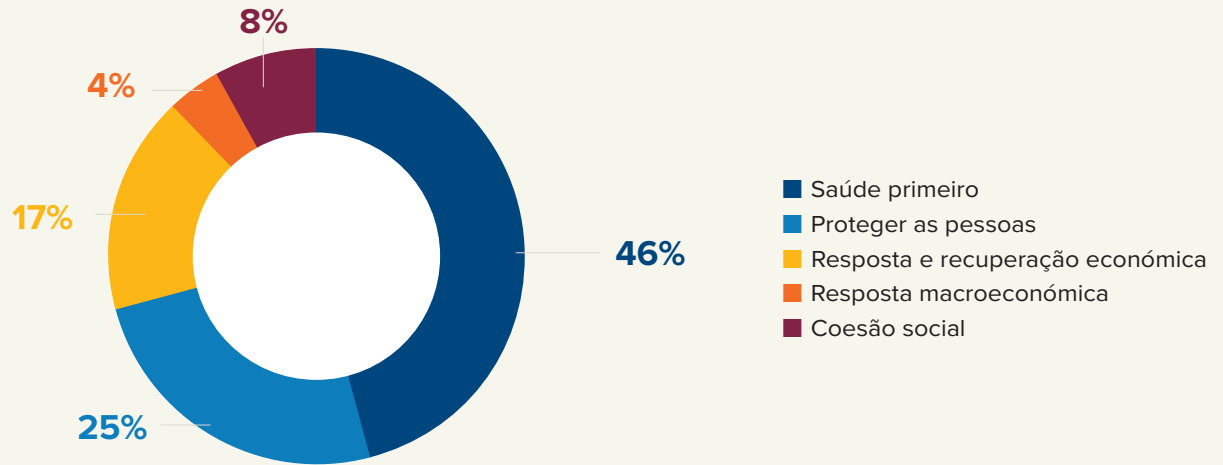
Mas é necessário mais, e novas parcerias terão de ser procuradas e estabelecidas. A maioria dos países em desenvolvimento – e a Guiné-Bissau não é excepção – continuam sem recursos internos e margem de manobra orçamental suficientes para financiar medidas adequadas de resposta à e recuperação da COVID-19. Assim, uma maior cooperação internacional e mais financiamento externo – nos planos global, regional e local – serão cruciais para a implementação plena das medidas recomendadas neste SERP.

A UNCT, com o Banco Mundial e o FMI, mobilizou \$152,5 milhões para apoiar os esforços de uma resposta de emergência na Guiné-Bissau e estão a penar para identificar fontes para os \$2,5 milhões adicionais necessários para preencher a lacuna. A UNCT reorientou e adaptou programas existentes para integrar desafios e prioridades relacionados com a COVID-19, mas é necessário mais.

Tabela A: Orçamento detalhado para o Plano de resposta socio-económica da UNCT

Pilar	Área de actividade	N.º de actividades	Disponíveis	Lacuna	Agências a contribuir
Pilar 1	Capacidade de resposta e mitigação do impacto da COVID-19	7	13.501.313	0	OMS, OIM, Banco Mundial
Pilar 1	Reforço dos sistemas de saúde para responder atempadamente e deter a COVID-19	15	20.518.827	0	PNUD, OMS, UNFPA, PAM, OIM, Banco Mundial
Pilar 1	Vigilância, coordenação e comunicação de riscos	2	7.008.115	0	OIM, Banco Mundial
1: Saúde primeiro	TOTAIS	24	41.028.255	0	6
Pilar 2	Sistema de protecção social	6	17.774.000	0	PNUD, PAM, Banco Mundial, UNFPA, UNICEF
Pilar 2	Educação e apoio psico-social	6	18.146.643	0	UNICEF, PAM, Banco Mundial
2: Proteger as pessoas	TOTAIS	12	35.920.643	0	5
Pilar 3	Recuperação e resiliência das PME's incluindo produtores agrícolas	6	22.886.655	0	FIDA, FAO, PNUD, PAM
Pilar 3	Reforço das cadeias de fornecimento e valor	2	19.000.000	1.500.000	PNUD, Banco Mundial, FAO
3: Resposta & recuperação económica	TOTAIS	8	41.886.655	1.500.000	5
Pilar 4	Apoio ao financiamento sustentável	2	1.600.000	800.000	RCO/UNCT, PNUD
4: Resposta macro-económica	TOTAIS	2	1.600.000	800.000	
Pilar 5	Reforço da coesão social	2	850.000	0	PNUD
Pilar 5	Reforço da resiliência das comunidades	2	31.200.000	250.000	PNUD, Banco Mundial
5: Coesão social	TOTAIS	4	32.050.000	250.000	2
FINANCIAMENTO			152.485.553	2.550.000	

Fig. A: Distribuição das actividades de resposta à COVID-19



01

Introdução

1.1 Fundo


O “Quadro das Nações Unidas para a resposta socio-económica imediata à COVID-19”. (Abril 2020) estabelece o contexto do apoio socio-económico urgente das Nações Unidas a países e sociedades perante a COVID-19, pondo em prática o Relatório do Secretário-Geral da ONU: Responsabilidade Partilhada, Solidariedade Global. Trata-se de uma de três componentes críticas dos esforços das Nações Unidas no sentido de salvar vidas, proteger as pessoas e reconstruir melhor, em paralelo com a resposta de saúde, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e a resposta humanitária, conforme detalhada no Plano de Resposta Humanitária Global à COVID-19 liderado pelas Nações Unidas.


Este quadro de resposta socio-económica consiste de cinco vertentes de trabalho – um pacote de apoio integrado proposto pelo Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) para proteger as necessidades e os direitos das pessoas a sofrer as agruras da pandemia, com particular enfoque nos países, grupos e pessoas mais vulneráveis que se arriscam a ser deixados para trás.


As cinco vertentes de trabalho que constituem este pacote incluem: 1) Assegurar que os serviços de saúde essenciais continuem a ser disponíveis e proteger os sistemas de saúde; 2) Ajudar as pessoas a lidar com as dificuldades através de protecção social e serviços de base; 3) Proteger empregos apoiando as empresas de dimensão pequena e média e os trabalhadores do sector informal através de programas de resposta e recuperação económica; 4) Orientar a necessária multiplicação dos pacotes de estímulo fiscal e financeiro para assegurar que as políticas macroeconómicas funcionem em prol dos mais vulneráveis (reforçando ao mesmo tempo as respostas multilaterais e regionais); e 5) Promover a coesão social e investir em sistemas de resiliência e resposta liderados pela comunidade. Estas cinco vertentes são ligadas por um forte imperativo de sustentabilidade ambiental e igualdade de género no sentido de construir melhor daqui em diante.

Quadro 1: os cinco pilares da resposta da UNDS

QUADRO 1: OS CINCO PILARES DA RESPOSTA DA UNDS

1  A SAÚDE PRIMEIRO: PROTEGER OS SERVIÇOS E OS SISTEMAS DE SAÚDE DURANTE A CRISE

2  POTEGER AS PESSOAS: PROTEÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS BÁSICOS

3  RESPOSTA E RECUPERAÇÃO ECONÓMICA: PROTEÇÃO DO EMPREGO, DAS PEQUENAS E MEDIANAS EMPRESAS E DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SETOR INFORMAL

4  RESPOSTA MACROECONÓMICA E COOPERAÇÃO MULTILATERAL

5  COESÃO SOCIAL E RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA

Devemos começar por proteger o próprio sistema de saúde durante a crise da COVID-19; ao mesmo tempo, e com a mesma urgência, tal ajudará a proteger as pessoas através de:

- protecção social e serviços de base,
- protecção de empregos e, pequenas e medias empresas,
- e os trabalhadores vulneráveis no sector informal pela recuperação económica,
- ajuda a orientar a necessária multiplicação dos estímulos fiscais e financeiros para assegurar que as políticas macroeconómicas funcionem em prol dos mais vulneráveis e fomento do desenvolvimento sustentável e reforço das respostas multilaterais e regionais,
- promoção da coesão social e criação de confiança através do diálogo social e do empenho político e do investimento em sistemas de resiliência e resposta liderados pelas comunidades.

Cada um dos pilares foca-se em **objectivos e actividades** tangíveis que possam apoiar e orientar o Governo da Guiné-Bissau a delinear e a estabelecer as prioridades da sua própria estratégia de resposta. O relatório foca-se nas medidas que todos os interessados na Guiné-Bissau podem tomar para abordar as prioridades imediatas e de médio e longo prazo para mitigar os efeitos da crise e no sentido de construir melhor daqui em diante de formas que apoiem a consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em linha com o Quadro das Nações Unidas para a resposta socio-económica imediata à COVID-19, todos os esforços de resposta devem centrar-se na coordenação do empenho internacional; dados e análise, incluindo uma análise e prospectiva abrangente, multidimensional e sensível às questões de género; aconselhamento em políticas específicas a um sector e transversais aos sectores, assistência técnica na concepção e implantação de soluções específicas ao contexto; facilitação de parcerias e diálogo, capacitação e acesso a know-how; criação de coligações, nomeadamente em matéria de financiamento; e implementação e conclusão directa de projectos.

1.2 Ingredientes-chave para reconstruir melhor na Guiné-Bissau

Os objectivos principais do apoio das Nações Unidas às pessoas e ao Governo da Guiné-Bissau são os de ajudar a salvar vidas, proteger as pessoas e construir melhor daqui em diante. O pacote integrado liderado pelo Sistema de Desenvolvimento da ONU (UNDS) tem por objectivo proteger as necessidades e os direitos das pessoas que estão a sofrer as agruras da pandemia e de se focar nos grupos mais vulneráveis e nas pessoas que se arriscam a ser deixadas para trás. Os principais ingredientes do esforço de construir melhor daqui em diante nas estratégias de resposta e propostas de políticas de curto e médio prazo deverão centrar-se antes de mais nas medidas de emergência para reforçar a resposta de saúde e minimizar os riscos de saúde, bem como as perdas económicas aos meios de subsistência. As estratégias mais dedicadas ao médio a longo prazo centram-se na recuperação da economia, no reforço das suas instituições acompanhado de esforços de reforma da governação e na consolidação das aspirações democráticas e do plano de desenvolvimento de longo prazo. Todos os actores envolvidos deverão empenhar-se numa conversação estratégica quanto a permear a fase de recuperação do esforço de construir melhor daqui em diante, de uma forma mais sustentável e mais equitativa, com uma forte ênfase nos grupos mais vulneráveis.

Em linha com o Quadro das Nações Unidas para a resposta socio-económica imediata à COVID-19, o seguinte foi apresentado como uma estratégia de resposta óptima, visando que no rescaldo da crise se construa melhor daqui em diante:

- i. Coordenação dos interessados e priorização política:** O país deve priorizar políticas de reforço do sistema de saúde dotadas do devido financiamento, assegurando equipamento de protecção pessoal suficiente, condições de trabalho higiénicas e um suplemento salarial para os trabalhadores de saúde a lutarem contra a COVID-19.
- ii. Reforço da resposta comunitária:** Consciencializar os trabalhadores de saúde comunitária para a prevenção e os sintomas da COVID-19 através de estratégias de comunicação de riscos e do empenho comunitário.
- iii. Redes de protecção social:** As medidas de criação de uma rede de protecção devem caminhar de mãos dadas com iniciativas de inclusão financeira, uma vez que devem chegar ao maior número de pessoas possível, visando os pobres, as disparidades de género, o sector informal e regiões com insegurança alimentar para evitar o reforço das desigualdades existentes. Ambas são necessárias para contrariar os efeitos do aumento da pobreza e insegurança alimentar e mitigar os efeitos de curto prazo da perda de rendimento nas populações vulneráveis.
- iv. Apoio de emergência aos pequenos e médios produtores:** Pequenos e médios produtores, vendedores e trabalhadores informais têm dificuldades de acesso a crédito e apoios. Programas concebidos por medida poderiam beneficiar a cadeia dos pequenos produtores até aos vendedores, com especial atenção às questões de género e tirando partido da tecnologia através de plataformas electrónicas.
- v. Continuidade dos serviços essenciais do Governo:** Apoio às funções essenciais do Governo através de planos de continuidade bem estruturados e equipamento a condizer.

Para assegurar um impacto óptimo e sustentado que reforce a resiliência, estas medidas de curto prazo devem centrar-se nos segmentos mais vulneráveis da população, assim reduzindo a probabilidade que alguém seja deixado para trás. Estes esforços devem igualmente apoiar a recuperação económica das actividades das pequenas e médias empresas e a continuidade da disponibilização dos serviços básicos do governo. Focam-se, e bem, nas necessidades humanitárias imediatas mas devem ser acompanhadas por mais medidas de médio a longo prazo que deveriam incluir, entre outras, as seguintes componentes:

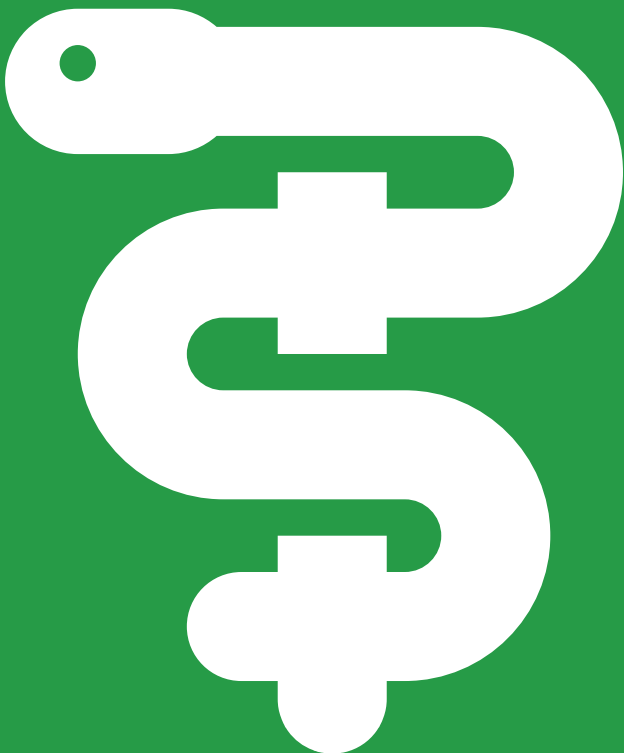
- i. Reforço do sector da saúde:** O Governo e os seus parceiros devem aproveitar esta oportunidade para acelerar os investimentos na saúde para fazer face às dimensões médicas da pandemia e às necessidades dos cuidados de saúde primários no imediato e no médio e longo prazo e em todas as regiões do país. O enfoque deve incidir na governação, incluindo melhor gestão, financiamento nacional da saúde, política de formação e retenção do pessoal de saúde, infra-estruturas (incluindo sistemas de informações de saúde, cadeia de fornecimento de medicamentos e produtos médicos, energia, água, saneamento e higiene), prestação de serviços com vista a acelerar o progresso rumo à cobertura universal dos cuidados de saúde.

- ii. Diversificação e reforço do sector agrícola:** A dependência económica da Guiné-Bissau relativamente à castanha de caju in natura está a exacerbar o impacto socio-económico. A insegurança alimentar, a malnutrição e a pobreza poderiam todas ser mitigadas pela diversificação da produção agrícola local. Os esforços de diversificação devem ir muito além do caju: diversificação da agricultura, turismo sustentável, economia azul e soluções para criar as condições para uma economia mais formalizada.
- iii. Reforço da governação e das reformas institucionais:** Apoio contínuo aos esforços existentes no sentido do reforço da governação democrática, da participação dos cidadãos (com um enfoque especial nas mulheres), reforço do sistema judiciário e a sua reforma para promover o Estado de Direito, assim como o envolvimento da juventude na governação são componentes críticas do reforço e da sustentação do esforço de recuperação de médio a longo prazo. A incorporação de uma perspectiva jovem e o investimento na criatividade e no espírito empreendedor da juventude em todo o país trará soluções inovadoras para desafios locais à recuperação do pós-COVID-19.
- iv. Reforço da capacidade de planeamento e implementação do desenvolvimento:** A crise pôs a descoberto os riscos de não se ter nem implementar um plano abrangente de desenvolvimento a longo prazo. É imperativo reforçar a capacidade do Governo de preparar, reagir e recuperar da natureza multidimensional desta e de futuras crises. Neste aspecto existe necessidade tanto de actualizar como de acelerar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento.
- v. Mobilização de recursos e parcerias globais:** Confrontada com a escassez de recursos e as dificuldades causadas pela COVID-19, a solidariedade da fraternidade do desenvolvimento global e parceiros regionais é imperativa para sustentar os esforços de recuperação. O apoio dos parceiros para o desenvolvimento e os financiamentos devem ser aproveitados e canalizados para os sectores e programas prioritários identificados. As Nações Unidas, por exemplo, terão de rever as prioridades do seu apoio em função das necessidades mais prementes. Ademais, a ONU terá de angariar mais recursos para poder dar resposta a estas necessidades.

Se forem implementadas devidamente e de forma coordenada, estas estratégias de curto, médio e longo prazo deverão produzir uma recuperação de toda a economia que volte a encaminhar o país para a concretização da visão da Agenda 2030. Os elementos identificados são importantes para um esforço de recuperação visando construir melhor daqui em diante. Este deverá assegurar que serviços de saúde essenciais estejam disponíveis rapidamente, reforçando ao mesmo tempo os sistemas de saúde para uma maior resiliência relativamente a ameaças futuras. Tal deverá ajudar a aumentar a resiliência comunitária e reforçar as medidas de protecção social enquanto protege empregos e apoia as pequenas e médias empresas. Estas prioridades identificadas são examinadas com mais detalhe com as intervenções correntes de parceiros para o desenvolvimento nos capítulos e secções subsequentes. O SERP articula assim o compromisso das Nações Unidas no sentido de apoiar as áreas de interesse identificadas na Avaliação do Impacto Socio-Económico adicionalmente aos programas correntes, instituídos antes da pandemia, do Quadro das Nações Unidas de Ajuda ao Desenvolvimento (UNDAF 2022-2026).

02

**A saúde em
primeiro lugar
– reforçando o
sistema da saúde**



2.1 Avaliação da situação 2.2 Overall recommendations

A Guiné-Bissau tem o segundo sistema de saúde mais frágil do mundo, com uma taxa de mortalidade materna estimada em 900 / 100.000 nados-vivos. Dado o historial singular das persistentes crises políticas no país e vista a lentidão das reformas institucionais implementadas nas últimas duas décadas, o sistema de saúde do país estava mal equipado para enfrentar os desafios que emergiram com a pandemia. Alguns desses desafios incluem fracas infra-estruturas, número inadequado de trabalhadores de saúde de qualidade, baixa despesa pública, sistemas inadequados de formação clínica e de gestão, um sistema de encaminhamento que funciona mal, sistemas não operacionais de informações de saúde, fraca governação e capacidade e sistemas de gestão inadequados (tais como a orçamentação, a gestão das finanças públicas e a gestão de recursos humanos).

Adicionalmente aos numerosos desafios estruturais e sistémicos, a plena realização do direito à saúde no país é dificultada por múltiplos outros obstáculos como a pobreza endémica, desigualdades de género e défices no acesso a alimentação, educação, água potável segura e saneamento. As infra-estruturas limitadas e inadequadas e outros desafios à disponibilidade, acessibilidade e qualidade do sistema de saúde exacerbam ainda a situação, criando uma necessidade de promover e reforçar a responsabilidade pelo, a participação no e a monitorização do sistema de saúde público. Esta situação necessita de uma resposta abrangente à pandemia da COVID-19 que vise resultados de saúde, abordando as vulnerabilidades fundamentais geradas noutros sectores relacionados com impacto no sistema de saúde.

Desde Março de 2020, quando o primeiro caso foi relatado, a Guiné-Bissau tem experienciado múltiplas vagas da infecção viral da SARS-COV-2, com números variados de casos e mortes. Enquanto a primeira vaga da pandemia progrediu mais devagar do que se temia, a Guiné-Bissau, tal como muitos outros países africanos, viu uma segunda vaga evoluir rapidamente entre Janeiro e Junho de 2021. Apesar de estar confrontada com uma segunda vaga com variantes mais contagiosas, a Guiné-Bissau relaxou as medidas rigorosas orientadas por critérios de saúde pública de confinamento e distanciamento social que acompanharam a primeira vaga. A segunda vaga abrandou; no entanto, uma terceira vaga está a formar-se no momento em que este relatório vai para imprimir — com a variante delta, uma estirpe altamente contagiosa do vírus. Até Agosto de 2021, registou-se um número acumulado de 3.961 casos e 70 mortes.¹

A Guiné-Bissau está infelizmente muito atrasada na garantia do acesso a vacinas vitais. Sem arranjos bilaterais de fornecimento com os fabricantes, o país depende inteiramente dos doadores internacionais. Mais de 676.650 doses foram recebidas através de ajudas bilaterais, incluindo COVAX, União Africana e parceiros² O desempenho de vacinação continua a ser muito baixo. Até Setembro de 2021 foi administrado um total de 83.294 doses, um dos níveis mais baixos na região — 0,02 pessoas vacinadas por 100 pessoas³.

1 <https://covid19.who.int/region/afro/country/gw>

2 <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmMwYzJiZjktZWE5MS00ZjJkLTlkZjJkZjJkNWNIzjc5OTc1IiwidCI6ImY2MTBjMGI3LWJkMjQ0NGI-zOS04MTBiLTNkYzI4MGFmYjU5MCIslmMiOjh9>

3 <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

2.2 Recomendações gerais

A UNCT tem vindo a apoiar a resposta de emergência da Guiné-Bissau à COVID-19 desde Março de 2020, tendo vindo a aprender pelo caminho. Abaixo figuram algumas recomendações-chave baseadas nesta aprendizagem, abordando as necessidades de médio e longo prazo da crise. A abordagem proposta procura assegurar que o país consiga responder eficazmente a tais surtos de pandemias no futuro.

O Sistema de Desenvolvimento da ONU está empenhado no reforço e alargamento de todos os aspectos de prontidão e resposta contidos nos cinco pilares estratégicos do Plano Nacional de Contingência: coordenação de emergências, vigilância de saúde, comunicação e empenho comunitário, prevenção e controlo de infecções e gestão clínica de casos.

O apoio ao sector público continua a ser um elemento crucial no reforço do sistema de saúde para responder com eficácia à pandemia da COVID-19 e outras emergências de saúde futuras. A ênfase prioritária vai para melhorar os serviços de saúde essenciais para os grupos da população mais em risco, incluindo as mulheres, as crianças abaixo dos cinco anos de idade, raparigas e rapazes adolescentes, os velhos, as pessoas com deficiências, migrantes e populações tanto urbanas como rurais.

As Nações Unidas têm trabalhado de perto com as autoridades nacionais desde o início da pandemia. A resposta de saúde do Governo tem sido coordenada pelo Ministério da Saúde através do Centro das Operações de Emergências em Saúde (COES), contando com o apoio directo da OMS. O Governo desenvolveu o seu Plano Nacional de Contingência para reforçar a prontidão e as capacidades de alerta precoce e resposta contra o surto da COVID-19. Em apoio ao Plano Nacional de Contingência, o sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau desenvolveu um Plano conjunto de Apoio Operacional para a COVID-19. O Plano foca-se nos mais deixados para trás.

As vacinas são uma ferramenta crítica no combate à COVID-19, e assegurar imunidade de grupo através da vacinação é a melhor estratégia para combater a pandemia. Para aí chegar, aproximadamente 70 por cento da população terão de ser vacinados. O sistema das Nações Unidas vai apoiar o Governo na coordenação e no planeamento desta abordagem. Será dado apoio no acesso, alocação, distribuição e administração das principais vacinas. Tal incluirá a implantação de sistemas adequados de monitorização e avaliação da execução da vacinação contra a COVID-19, a recolha de informações das instalações e assegurar a disponibilidade dos recursos humanos necessários para assegurar a segurança da cadeia de frio, a logística e a infraestrutura de distribuição das vacinas.

À medida que os planos de vacinação estão a ser lançados, uma resposta inclusiva, informada por imperativos de saúde pública, será essencial para fazer abrandar a transmissão do vírus e permitir uma recuperação equitativa. A vacinação é uma actividade intensiva em termos de utilização de recursos. É importante que os recursos também sejam investidos no

restabelecimento de outros serviços essenciais enquanto também se apoiam campanhas de vacinação contra a COVID.

Não deixando de ser importantes as vacinas, por si só continuam a ser insuficientes para deter a propagação do vírus e das suas variantes. Nenhuma vacina é eficaz a 100 por cento. Medidas preventivas básicas de saúde pública como o distanciamento social, o porte de máscara, os testes e o rastreamento de contactos continuam a ser necessárias, dada a natureza evolutiva das variantes virais, que poderá minar qualquer progresso rumo à imunidade de toda a população. Investigações recentes demonstram que as pessoas plenamente vacinadas sempre podem contrair a infecção, embora as suas hipóteses de adoecerem severamente sejam muito inferiores que sem as vacinas.⁴ A investigação prossegue quanto às novas variantes e a saber se as vacinas protegem igualmente bem destas estirpes.⁵ Com efeito, um estudo recente mostrou uma sensibilidade reduzida da variante Delta da SARS-CoV-2 à neutralização por anticorpos através de vacinas e da imunidade natural.⁶

A própria escala da pandemia excedeu todas as previsões dos planos de contingência do Governo e da ONU. Durante a primeira vaga, assistiu-se a uma falta aguda de serviços de saúde de rotina devido a 1) a vasta maioria dos prestadores de serviços de saúde estar mobilizada para dar resposta e apoio a pacientes com COVID-19; e 2) o elevado número de trabalhadores de saúde que foram infectados com o vírus. Com a segunda e a terceira vaga a caminho do apogeu, é importante que se dê prioridade aos serviços de saúde essenciais, tendo em consideração a alteração do contexto e as necessidades locais. Os esforços deveriam visar os serviços de elevada prioridade, incluindo serviços essenciais de prevenção e tratamento para doenças transmissíveis como as vacinas; serviços relacionados com a saúde reprodutiva, inclusive durante a gravidez e o parto; serviços centrais para populações vulneráveis, tais como os bebés e os adultos mais velhos. Serviços a grupos vulneráveis, em particular os mais deixados para trás como as pessoas com deficiências e os migrantes.

2.3 Medidas de apoio no imediato

Reforçar o sistema nacional de saúde para responder à pandemia

- Avaliar e reforçar o mecanismo de coordenação de crise do Ministério da Saúde para apoiar a vigilância epidemiológica e a gestão adequada do sistema de saúde a todos os níveis.
- Em parceria com OMS, desenvolver soluções digitais para a monitorização operacional e prospectiva da propagação da COVID-19 na Guiné-Bissau, inclusive através do rastreamento de contactos e pela disponibilização da gestão remota dos pacientes da COVID-19 de modo a proteger o pessoal médico de uma potencial exposição directa.

4 [https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-\(covid-19\)-vaccines?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjwxJqHBhC4ARIsAChq4au7vh6wosr9bIN7YZN4B1-W7rfkXf7kArgGD0R4ZIQN0BNbggcAc9waAhw4EALw_wcB](https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-(covid-19)-vaccines?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjwxJqHBhC4ARIsAChq4au7vh6wosr9bIN7YZN4B1-W7rfkXf7kArgGD0R4ZIQN0BNbggcAc9waAhw4EALw_wcB)

5 Rossman, H., Shilo, S., Meir, T. et al. (2021). COVID-19 dynamics after a national immunization program in Israel. *Nature Med* 27, 1055–1061 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41591-021-01337-2>

6 Planas, D., Veyer, D., Baidaliuk, A. et al. (2021). Reduced sensitivity of SARS-CoV-2 variant Delta to antibody neutralization. *Nature* (2021). <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03777-9>

- Desenvolver sistemas de gestão de resíduos contaminados com a COVID-19 a nível hospitalar e capacitar o pessoal médico local em cooperação com a OMS.
- Interagir com organizações de pacientes para fazer passar mensagens de prevenção da COVID-19 e aconselhar populações difíceis de alcançar e/ou vulneráveis.
- Desenvolver as capacidades das estruturas de gestão crise do Governo para melhorar a coordenação de uma resposta de emergência interministerial e multi-sectorial e do planeamento a longo prazo da resposta à COVID-19, centrada na recuperação socio-económica e no desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.
- Providenciar conhecimentos técnicos relevantes criando núcleos de gestão da coordenação de crises nos órgãos executivos.
- Desenvolver projectos de políticas de resposta multi-sectorial de emergência à COVID-19 (sector socio-económico; sector da saúde; educação; direitos humanos; igualdade de género) para um progresso sustentado e sensível às questões de género rumo às ODS.
- Informar a população sobre métodos de prevenção através da aplicação de medidas-barreira
- Facilitar um processo consultivo inclusivo e participativo com importantes grupos de reflexão e organizações da sociedade civil sobre políticas governamentais pertinentes.
- Reforçar a implementação do Plano Nacional de Distribuição e Vacinação (NDVP).
- Estabelecer um mecanismo informatizado de monitorização da vacinação.
- Estabelecer um mecanismo informatizado de gestão de stocks.
- Reforçar as capacidades locais através de formação específica de pessoal local de recursos humanos para reforçar a resiliência do sistema de saúde.
- Desenvolver e implementar planos de formação de trabalhadores em estabelecimentos de saúde e Pontos de Entrada (PdE) relativamente aos Procedimentos Operacionais Normalizados necessários às suas actividades.
- Providenciar equipamentos e materiais essenciais para a vigilância, laboratórios, prevenção e controlo de infecções, comunicação de riscos e gestão de casos, actividades em estabelecimentos de saúde, comunidades e pontos de entrada.
- Assegurar a aquisição de emergência de medicamentos, análises / reagentes laboratoriais, equipamento de protecção pessoal e outros consumíveis (inclusive para a terapia de oxigénio, tais como tanques de oxigénio e os respectivos conectores e filtros).
- Operacionalizar as ambulâncias equipadas, recém-doadas para a resposta à COVID-19 no país, à medida que o país caminha para o estabelecimento do Sistema Nacional de Cuidados Médicos de Emergência; (a ideia é de integrar a sua gestão num mecanismo reformulado de Call Center).
- Aumentar a vigilância, especialmente nas regiões e PdE que transmitem poucas informações.

- Gerar uma lista baseada no contexto de serviços de saúde essenciais e assegurar que as necessidades particulares, inclusive socioculturais, de cada grupo populacional vulnerável e marginalizado sejam abordadas.
- Assegurar a continuidade das intervenções de saúde mental e apoio psico-social, tanto para os envolvidos na resposta à COVID-19 como para cidadãos que sofrem angústias e dificuldades adicionais como resultado de mudanças que afectam os seus meios de subsistência ou outras circunstâncias.
- Assegurar condições de trabalho dignas, incluindo a implementação medidas de medicina do trabalho e segurança do pessoal, incluindo apoio psicológico para todos os trabalhadores de saúde.
- Introduzir a governação electrónica no sector da saúde.

2.4 Medidas de apoio no médio prazo

- Desenvolver e implementar um plano orçamentado de manutenção de equipamentos, veículos e infra-estruturas.
- Desenvolver e implementar um plano estratégico orçamentado de recursos humanos para a saúde, assim como um plano de monitorização e avaliação.
- Reforçar o sistema de informações de saúde DHIS2 e expandir o acesso aos dados de saúde.
- Reforçar a capacidade de governação do Ministério da Saúde, i.e. providenciando apoio para o desenvolvimento de termos de referência para as diversas direcções e programas, assim como a respectiva coordenação.
- Estabelecer um Sistema Nacional de Cuidados Médicos de Emergência consolidado e sustentado.
- Estabelecer um mecanismo para apoiar o transporte de produtos médicos e testes para áreas isoladas da Guiné-Bissau, recorrendo a inovações que podem incluir drones.

2.5 Medidas de apoio no longo prazo

- Aumentar a capacidade do país de produzir oxigénio construindo uma nova fábrica de oxigénio ou expandindo a capacidade das existentes e assegurar a sua manutenção preventiva e correctiva.
- Aumentar a quantidade e a qualidade dos trabalhadores de saúde e reforçar as políticas de retenção.
- Melhorar a integração dos trabalhadores comunitários de saúde e profissionais da medicina tradicional no sistema de saúde.
- Desenvolver uma estratégia de financiamento do sector da saúde que passa pelo aumento do

orçamento nacional e melhorar a eficácia e a responsabilidade do sistema de saúde.

- Reforçar o sistema de saúde tornando-o mais resiliente e orientado para uma abordagem que passa pelo acesso universal aos cuidados de saúde primários.

2.6 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU

A ONU tem estado activa no apoio ao sector da saúde na Guiné-Bissau desde a independência do país em 1974. O sistema de Desenvolvimento da ONU traz colectivamente um manancial de conhecimentos técnicos internacionais e nacionais para apoiar o sistema de saúde na Guiné-Bissau, para melhor abordar a actual crise da COVID-19 que ainda está a evoluir e reforçar a resiliência em relação a eventuais crises futuras. A proposta de valor do sistema de Desenvolvimento da ONU é extensiva às áreas de análise e advocacia, assistência técnica, prestação de serviços e capacitação.

A **OMS** é a agência líder para a saúde e tem providenciado assistência técnica e orientação contínua ao Ministério da Saúde e à Alta Comissão para a COVID-19 na área da coordenação. A OMS presta igualmente apoio técnico à vigilância activa da COVID-19 em todas as regiões do país através de equipas de vigilância no campo; providencia capacitação para a gestão de casos e mantém a equipa clínica a par das mais recentes directrizes de tratamento, de acordo com as normas internacionais mais exigentes; providencia capacitação para Prevenção e Controlo de Infecções e avaliação de riscos das instalações de saúde e dos trabalhadores de saúde e apoia a expansão da rede nacional de laboratórios;

Ao responder à COVID-19, a **UNICEF** continua a estar empenhada em estabelecer ligações eficazes entre a acção humanitária e a programação do desenvolvimento, contribuindo para a construção da paz e apoiando os países no reforço das capacidades e sistemas. Na Guiné-Bissau, a organização está a desempenhar um crítico papel de facilitação para distribuir novas vacinas, terapias e diagnósticos para a COVID-19 em 2021.

O **UNFPA** tem uma singular capacidade de aconselhamento em áreas relacionadas com saúde e direitos sexuais e reprodutivos, incluindo assuntos ligados à violência baseada no género. O UNFPA aplica uma abordagem centrada nas pessoas e baseada nos direitos humanos e usa o seu vasto conhecimento e dados para prestar apoio aos programas liderados pela comunidade. O UNFPA também distribui equipamento de protecção pessoal para os trabalhadores de saúde e apoia o sistema de saúde onde for necessário.

O **PNUD** está a gerir os recursos do Fundo Global em Bissau desde 2003 e tem auxiliado as autoridades nacionais de saúde na implementação da sua resposta ao VIH, TB e Malária, incluindo gestão de dados, gestão das aquisições e da cadeia de fornecimento de medicamentos e produtos médicos. O PNUD empenhou-se na aquisição de emergência de produtos médicos

relacionados com a COVID-19 e tem apoiado o call center de emergência que foi montado como parte da resposta à pandemia. O PNUD vai continuar a ajudar a mitigar o impacto da COVID-19 no VIH, TB e Malária. O PNUD vai trabalhar no sentido de reforçar o sistema de saúde para prestar serviços de qualidade acessíveis a todas as populações, incluindo as mais vulneráveis. O PNUD está igualmente a desenvolver infra-estruturas de telemedicina para expandir os serviços de saúde até abrangerem as áreas remotas. Em ultimo lugar, a fim de assegurar um apoio participativo alargado às políticas do Governo, o PNUD está a facilitar espaços para o diálogo e a inclusão de todos os sectores da sociedade civil, com ênfase nos trabalhadores de saúde e primeiros socorros.

Os migrantes e as populações deslocadas, entre outros grupos, têm sido especialmente vulneráveis às consequências da pandemia. Muitos vivem em condições apertadas onde o risco de infecção com a COVID-19 ou outras doenças é elevado. A **OIM** é a organização internacional que detém a liderança no campo das migrações e está a trabalhar para expandir as medidas essenciais de saúde pública e promover sistemas de saúde sensíveis à mobilidade.

O **Banco Mundial** está a prestar apoio de emergência para intervenções de saúde que visem salvar vidas ameaçadas pelo vírus. O Banco pretende apoiar o **Projecto Vacina COVID-19**, que faz parte do quadro do Programa Estratégico de Prontidão e Resposta à COVID-19, a fim de permitir um acesso abordável e equitativo a vacinas de COVID-19 e ajudar a assegurar uma distribuição eficaz da vacina na Guiné-Bissau através do reforço do sistema de vacinação. O projecto vai apoiar a implementação do Plano Nacional de Distribuição de Vacinas de COVID-19 (PNDV) para a população mais vulnerável e assegurar que estejam criadas as condições necessárias para reforçar a capacidade da Guiné-Bissau de responder à pandemia da COVID-19. Em linha com o Documento de Abordagem à Resposta à Crise da COVID-19 do Grupo do Banco Mundial (WBG), e como parte da fase de alívio, o Banco vai continuar a apoiar o corrente Projecto de Melhoramento dos Sistemas Regionais de Vigilância Sanitária Esta iniciativa apoia a resposta nacional à COVID-19 através da aquisição de ambulâncias, equipamento médico essencial, equipamento de protecção pessoal (EPP) e material de laboratório.

Tabela 2.1: Áreas de perícia e enfoque do Sistema de Desenvolvimento da ONU

Área de actividade	N.º de actividades	Orçamento	Agências / doadores a contribuir
Capacidade de resposta e mitigação do impacto da COVID-19	7	13.501.313	OMS, OIM, Banco Mundial
Reforço dos sistemas de saúde para uma resposta atempada e a eliminação da COVID-19	15	20.518.827	PNUD, OMS, UNFPA, PAM, OIM, Banco Mundial, Japão
Vigilância, coordenação e comunicação de riscos	2	7.008.115	OIM, Banco Mundial
TOTAIS	24	41.028.255	

Fig 2.1 PILAR 1 Atividades planeadas e em curso, desagregadas por agências

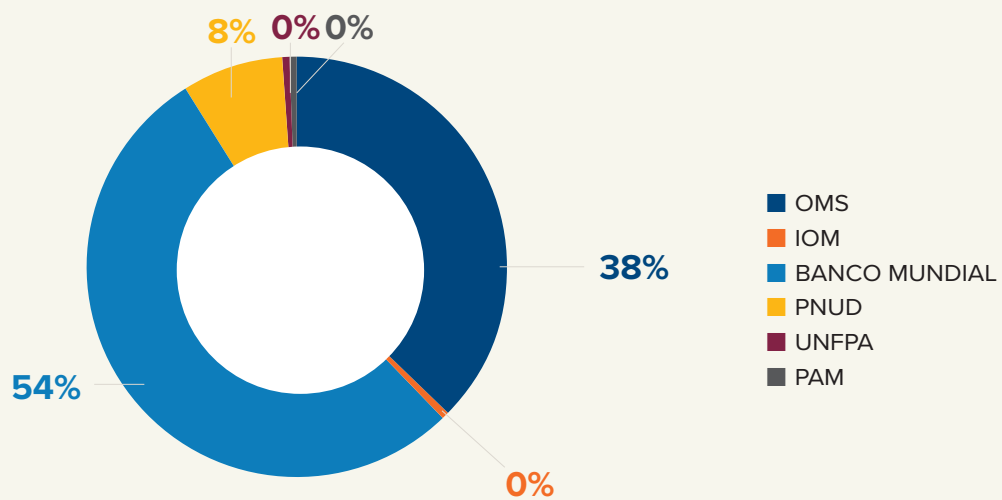
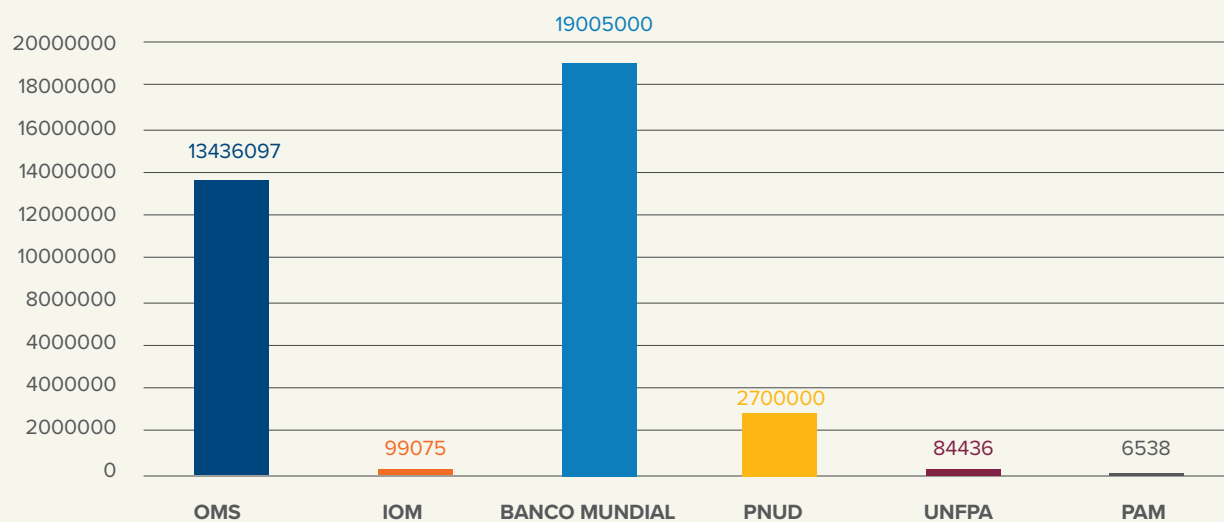


Fig 2.2 Atividades planeadas e em curso do pilar de saúde (USD)



03

**Proteger as
pessoas com
protecção social e
serviços de base**



3.1 Análise da situação

Na Guiné-Bissau, tal como em muitos outros países africanos, a COVID-19 e as medidas tomadas para conter a sua propagação tiveram um impacto mais negativo sobre a situação socio-económica do que sobre o sector da saúde. Mesmo antes da pandemia, a segurança alimentar e a nutrição já eram desafios consideráveis. Dados do Sistema de Monitorização da Segurança Alimentar e Nutrição (FSNMS) recolhidos no mês de Setembro de 2019 pelo PAM em parceria com o Ministério de Agricultura e Florestas (MAF) do país e o Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstraram que 33 por cento da população (421.850 pessoas) a viver fora da capital Bissau eram multidimensionalmente pobres, sofrendo privações simultâneas em todas as dimensões-chave (educação, saúde, condições de vida e segurança alimentar).

O acesso a um emprego formal na Guiné-Bissau continua extremamente limitado e a maioria das pessoas trabalha em situações contratuais precárias, com implicações para a sua capacidade de lidar com as consequências socio-económicas da pandemia. Dados do FSNMS demonstram que cerca de dois terços dos agregados familiares nas áreas urbanas têm um acesso limitado a rendimentos regulares, dependendo da economia informal. Mais de 60 por cento dos agregados familiares em áreas urbanas dependem de empregos que foram afectados pelas restrições da COVID-19, como é o caso dos comerciantes informais e vendedores de rua de produtos alimentares; trabalhadores à jorna, qualificados ou não qualificados; trabalhadores domésticos e condutores de transportes públicos. O comércio informal é a actividade mais comum entre as mulheres nas áreas urbanas.

O sistema de redes de protecção na Guiné-Bissau continua fino como uma teia de aranha, com 96 por cento do orçamento disponibilizados por parceiros para o desenvolvimento. Os programas não contributivos de assistência social incluem transferências de dinheiro, alimentação escolar e intervenções críticas de saúde. Para mitigar os impactos imediatos da pandemia, o Governo (até Março de 2021) efectuou alocações de emergência no valor de XOF222 milhões (US\$ 0,4 milhões) para disponibilizar medicamentos, alimentação e equipamento médico; e XOF580 milhões (US\$ 1 milhão) para distribuir 20.000 sacos de arroz e 10.000 sacos de açúcar em todo o país, incluindo áreas remotas. Como acções adicionais, o Governo aumentou o número visado de famílias que devem beneficiar de um apoio alimentar dos 3.000 iniciais para 20.000 e providenciou outros apoios às famílias (XOF 100 milhões)⁷.

Embora uma lei-quadro da protecção social tenha sido adoptada em 2007, o seu enfoque vai para o sector formal e os empregados assalariados, com base em contribuições obrigatórias para a segurança social. Os trabalhadores informais que representam a esmagadora maioria da força de trabalho continuam sem cobertura. Não existe nenhum sistema eficaz de protecção social universal baseado na cobertura não contributiva das populações vulneráveis, incluindo crianças, deficientes, idosos, mulheres grávidas, etc.

⁷ Ministério das Finanças da Guiné-Bissau <https://www.mef.gw/publicacoes/boletim-trimestral-de-conjuntura>;
<https://www.mef.gw/publicacoes/boletim-trimestral-de-conjuntura>

3.2 Recomendações gerais

As redes de protecção social permanecem extremamente limitadas em escala e cobertura. Antes da pandemia, a cobertura da rede de protecção social no país apenas chegava a 0,3 por cento da população vulnerável, por comparação a mais de 70 por cento da população a viverem abaixo do limiar nacional da pobreza⁸.

A expansão de sistemas de protecção social resilientes e favoráveis aos pobres continua a ser uma área crítica necessitada de apoio. O acesso a regimes que passam por redes não contributivas de emergência de protecção social pode fazer uma diferença vital a raparigas, rapazes e mães vulneráveis, permitindo-lhes a satisfação das suas necessidades básicas de alimentação e nutrição. Várias iniciativas de assistência social estão a decorrer, sublinhando a necessidade de uma abordagem mais coordenada para criar sinergias e complementaridades. Vale a pena notar que são os doadores quem financiam mais de 95 por cento dos programas de assistência social para as populações vulneráveis da Guiné-Bissau⁹.

É necessário melhorar a concepção dos programas de assistência através de uma rede de protecção social. Melhores ferramentas para a identificação das populações visadas que incorporem o género e outras dimensões de vulnerabilidade ajudarão a priorizar as famílias e os agregados familiares mais afectados. Entre potenciais critérios baseados nas necessidades incluem-se os agregados familiares pobres, as famílias com crianças com menos de dois anos de idade, crianças malnutridas ou tais que padecem de doenças crónicas, deficiências, assim como grávidas e lactentes e agregados familiares cujas cabeças de casal são mulheres a trabalhar no sector informal que perderam os seus empregos. As necessidades especiais dos refugiados também devem ser consideradas.

Apesar do empenho económico activo das mulheres, a sua participação no mercado de trabalho continua a ser marcada por índices significativos de discriminação baseada no género e informalidade. Os dados de um inquérito aos agregados familiares demonstram que aproximadamente 80 por cento das mulheres com mais de 15 anos são economicamente activas (79 por cento em Bissau e 81 por cento nas regiões fora de Bissau). Com efeito, é mais provável que as mulheres tenham um emprego vulnerável (84 por cento) do que os homens (68 por cento). Elas apresentam igualmente uma quota inferior de trabalhadores remunerados e assalariados (15 por cento) do que os homens (30 por cento)¹⁰.

Há margem para alavancar instrumentos de protecção social existentes para providenciar transferências direccionadas para agregados familiares afectados pela COVID-19.

8 Dados do Banco Mundial

9 Banco Mundial (2018). Realizing the full potential of social safety net in Africa [A realização do pleno potencial de uma rede de protecção social em África.

10 República da Guiné-Bissau (2019). Inquérito harmonizado aos agregados familiares. Bissau, Guiné-Bissau.

O uso de mecanismos de entrega digitais reforçaria a capacidade nacional de abordar as necessidades de alimentação e nutrição de populações afectadas pela pandemia. As iniciativas digitais devem assegurar a salvaguarda das normas relativas à privacidade dos dados.

Sem um aumento acelerado das intervenções da rede de protecção existe um limite para a determinação das populações a visar, mesmo que seja feita na perfeição. A abordagem que passa pela identificação das populações a visar permanecerá incapaz de abranger a escala necessária para proteger o número de populações vulneráveis que mergulharam ainda mais numa situação de privações extremas devido à recessão económica induzida pela COVID-19. Os prestadores também terão de expandir os benefícios para satisfazer as crescentes necessidades das pessoas afectadas.

No melhor interesse da sustentabilidade e eficácia, é de importância crítica que o Governo e os seus parceiros organizem as intervenções da rede de protecção social no âmbito de uma estratégia nacional de protecção social mais alargada. Não existe uma política nacional de protecção social com uma rede não contributiva de protecção social como pilar central. Actualmente, a base legal para tais políticas limita-se à constituição, que apenas contém disposições para redes contributivas de protecção social que visam trabalhadores activos e os reformados ou doentes¹¹. Apoio a redes não contributivas de protecção social encontra-se no Artigo 58.º da constituição, que apela à realização progressiva de direitos económicos e sociais. Embora as medidas não contributivas de protecção social se encontrem incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento, falta uma política coerente e os recursos são insuficientes para se estar à altura do contexto e dos requisitos actuais.

Devem ser tomadas medidas para mitigar os riscos do impacto social do coronavírus na educação das crianças. A expansão das operações escola segura e a continuidade da aprendizagem e do bem-estar das crianças e da juventude, especialmente para os mais vulneráveis afectados pelo surto, vai reforçar o capital humano para uma recuperação sustentável e inclusiva.

3.3 Medidas de apoio no imediato

- Prestar apoio às raparigas, rapazes, mulheres e homens mais vulneráveis nas regiões visadas pelo aumento do acesso a regimes não contributivos de protecção social.
- Apoiar oportunidades de aprendizagem garantidas para todas as crianças e adolescentes.
- Disponibilizar água, saneamento e higiene aos agregados familiares e grupos mais vulneráveis, incluindo as crianças.
- Reforçar a gestão de dados, incluindo recolha, análise, mapeamento de beneficiários e protecção da privacidade.

¹¹ Artigo 46 da Constituição da Guiné-Bissau de 1984 com emendas até 1996.

- Desenvolver um sistema digital de transferência e gestão de dinheiro para abordar as necessidades alimentares e nutritivas de populações com insegurança alimentar e vulneráveis.
- Assegurar a continuidade dos serviços sociais e do apoio psico-social, incluindo medidas para acabar com a violência baseada no género contra migrantes e comunidades locais.
- Prestar apoio para a identificação dos produtores de caju mais vulneráveis e comunidades vulneráveis ao longo da cadeia de valor em regiões seleccionadas do país. A assistência técnica deveria visar actividades de cultivo, colheita, tratamento e armazenamento de caju. A assistência também deveria incluir a aquisição, o armazenamento e vendas diferidas de castanha de caju in natura e apoiar o acesso dos agricultores a insumos para a campanha agrícola.

3.4 Medidas de apoio no médio prazo

- Prestar apoio à redacção e implementação de uma política abrangente de protecção social que inclua as pessoas com deficiências, a violência baseada no género e o trabalho infantil.
- Reforçar a capacidade das instituições governamentais de desenvolver e gerir regimes de protecção social com eficácia.

3.5 Medidas de apoio no longo prazo

- Apoiar o desenvolvimento de um eficaz sistema nacional de protecção social baseado em claros critérios de vulnerabilidade inseridos num quadro legal coerente. Assegurar que abranja todos os grupos vulneráveis, incluindo os com deficiências.
- Proibir o casamento precoce e forçado, a mutilação genital feminina, a violência doméstica e o trabalho infantil e promover a reintegração social e familiar.
- Aumentar o apoio público a programas de inclusão social, em particular a iniciativas de redes não contributivas de protecção social, assim como estabelecer agentes sociais comunitários em todas as regiões.
- Apoiar a aprovação e implementação da política nacional para a família com um plano de acção que inclui o desenvolvimento de bases de dados fiáveis das pessoas com deficiências.
- Estender o programa de cantinas escolares a todas as escolas públicas no 1.º, 2.º e 3.º ciclo da educação básica.
- Apoiar as autoridades nacionais a desenvolver um mecanismo de financiamento estável para o sistema nacional de protecção social.

3.6 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU

A proposta de valor do sistema de Desenvolvimento da ONU para este pilar é de análise e advocacia, assistência técnica, prestação de serviços e capacitação.

A **FAO** está a trabalhar para assegurar a continuidade da importantíssima cadeia de fornecimento alimentar para as populações mais vulneráveis como determinante fundamental da segurança alimentar e nutrição.

A **OIM** está a trabalhar com o Governo para mitigar o impacto da COVID-19 em populações afectadas pela crise e para aliviar a pressão sobre os sistemas de protecção social. Está a conseguir esse fim prestando vitais serviços de apoio humanitário e assistência à protecção de migrantes, populações deslocadas, comunidades anfitriãs e pessoas em movimento.

O **UNFPA** é a agência líder para a Área de Responsabilidade (AoR) da Violência Baseada no Género subordinada ao Cluster de Protecção liderado pelo ACNUR. Dado o aumento da violência baseada no género, o UNFPA presta apoio aos governos nacionais para assegurar a continuidade de serviços vitais para sobreviventes de violência baseada no género e as mulheres e raparigas que correm maiores riscos durante a COVID-19.

A **UNICEF** está a prestar apoio nas áreas da água, do saneamento e da higiene (WASH). Também presta apoio às autoridades nacionais para desenvolver medidas preventivas para assegurar a segurança do ambiente escolar. A UNICEF está a prestar serviços de protecção para crianças e as suas famílias e está a apoiar um quadro para a comunicação de riscos. O apoio da UNICEF também se baseia numa abordagem sistémica para reforçar a eficácia, eficiência e transparência dos investimentos nacionais em protecção social, incluindo o custeio, casos de investimento, análise da margem de manobra orçamental e identificação de potenciais fontes de financiamento.

O **PNUD** tem um historial comprovado de apoio prestado às autoridades nacionais, especialmente em países em crise, na definição de redes de protecção social e financiamento sustentável para a saúde. O PNUD vai trabalhar para estabelecer regimes de micro-seguros e sistemas de entrega visando grupos vulneráveis deixados para trás pelo limitado sistema de protecção social. O seu trabalho vai também incluir meios de subsistência sustentáveis e resiliência a choques e vulnerabilidade. O PNUD vai também apoiar o estabelecimento da base de dados nacional de protecção social. O PNUD vai trabalhar para generalizar princípios de trabalho digno em iniciativas de crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, sector privado e inclusão financeira. Também prestará apoio à formulação de políticas, estratégias e quadros regulatórios nacionais de protecção social.

O **PAM** é a maior agência humanitária do mundo a abordar a fome. Presta apoio técnico ao Governo para implementar a gestão integrada do protocolo da malnutrição aguda e do seu

programa de prevenção do crescimento retardado. O PAM desenvolveu uma larga experiência, conhecimento local e fortes relações tanto com o Governo como com organizações locais da sociedade civil e parceiros para o desenvolvimento.

O Quadro de Parceria de País 2018-2021 do **Banco Mundial** foi prolongado até 2023 e vai continuar a proporcionar alívio social para proteger as populações pobres e vulneráveis da crise económica e social despoletada pela pandemia. O Banco vai apoiar a Guiné-Bissau a expandir o acesso a serviços de base de qualidade, alargar as oportunidades económicas e reforçar a resiliência. O apoio do Banco Mundial vai reforçar redes de protecção social para proteger contra choques no plano dos rendimentos. O Banco providenciou uma transferência única de dinheiro a agregados familiares no âmbito do Projecto das Redes de Protecção e Serviços de Base para mitigar os impactos socio-económicos adversos da COVID-19. O Banco disponibilizou um apoio imediato à segurança alimentar para a população carente e vulnerável sob o Projecto de Emergência de Segurança Alimentar para a Guiné-Bissau, assim como políticas, instituições e investimentos reforçadas para uma recuperação resiliente e sustentável. Uma Revisão de Desempenho e Aprendizagem (PLR) está a ser elaborada.

Tabela 3.1: Organizações do UNDS a trabalhar no Pilar 2 – Proteger as pessoas com protecção social e serviços de base

Área de actividade	N.º de actividades	Orçamento	Agências a contribuir
Sistema de protecção social	6	17.774.000	PNUD, PAM, Banco Mundial, UNFPA, UNICEF
Educação e apoio psico-social	6	18.146.643	UNICEF, PAM, Banco Mundial
TOTAIS	12	35.920.643	5

Fig 3.1: PILAR 2 Orçamento das atividades planeadas, desagregado por agências

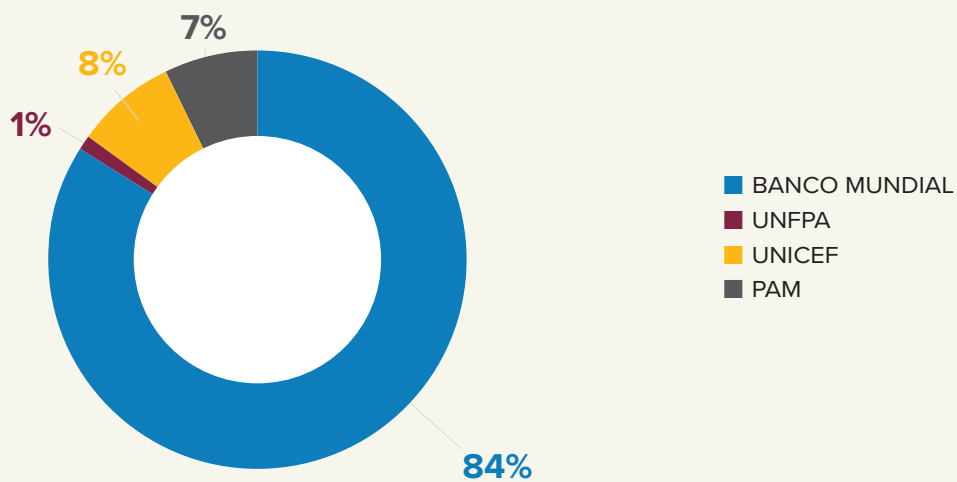
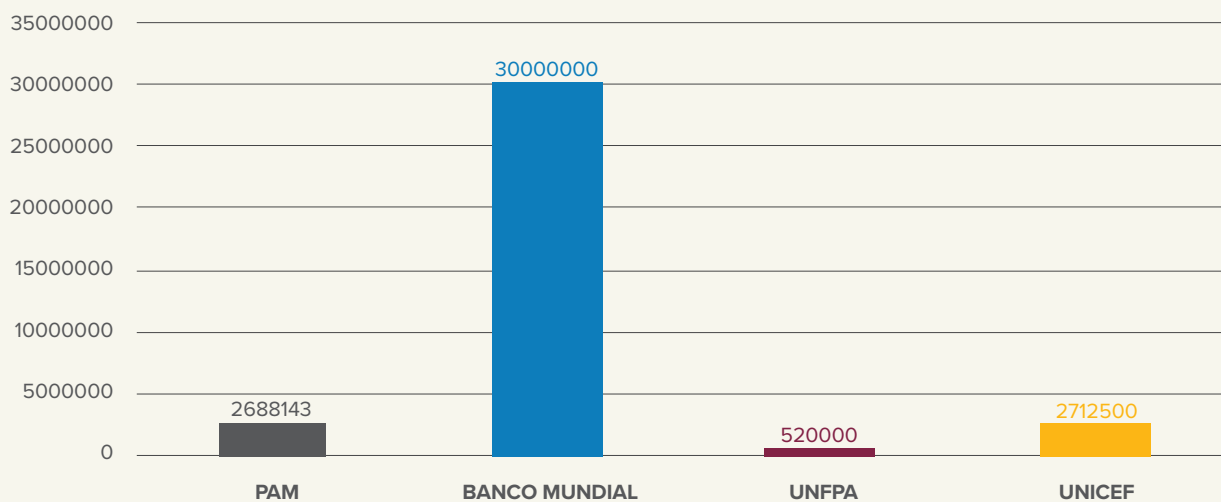


Fig 3.2: PILAR 2 Orçamento das atividades planeadas (USD)



04

**Resposta e
recuperação
económica
– proteger
empregos,
empresas e
trabalhadores do
sector informal**



4.1 Análise da situação

A pandemia da COVID-19 continua a amplificar vulnerabilidades pré-existentes, diminuindo a capacidade da economia de permitir o desenvolvimento empresarial e de criar os tão necessários empregos para a população jovem em rápido crescimento. Embora a economia do pré-COVID tenha passado por uma certa transformação estrutural que favoreceu o sector terciário, a via da mudança tem vindo a ser acompanhada pelo aumento da informalização e da estagnação da produtividade, adiando os benefícios do dividendo demográfico da vasta população em idade de trabalhar. O sector privado continua subdesenvolvido e ancorado nos sectores da agricultura e dos serviços. A maior parte das empresas é pequena, tem dificuldades no acesso ao crédito, não está registada e não têm personalidade jurídica. Um recente inquérito harmonizado aos agregados familiares mostrou que mais de 87 por cento dos empregos no sector privado são informais¹². O emprego remunerado, primariamente dominado pelos homens e concentrado no sector dos serviços em Bissau, contabiliza apenas 13 por cento do emprego geral. A produtividade do trabalho é baixa. O sector da agricultura emprega 58 por cento da população trabalhadora, enquanto o auto-emprego não-agrícola agrega 27 por cento da força de trabalho. Privada de segurança social, a força de trabalho informal continua desprotegida dos impactos adversos e prolongados no emprego.

A pandemia e as suas perturbações económicas causaram um profundo impacto no sector privado. Enquanto a perspectiva exacta da situação ainda se desenha, o que é certo é que muitas empresas reduziram as suas operações, com óbvias implicações no emprego. Tal como na maior parte dos países africanos, o grau do impacto na Guiné-Bissau variou independentemente do tamanho, sector e estatuto da empresa. De acordo com um recente inquérito aleatório entre médias e pequenas empresas na Guiné-Bissau levado a cabo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o tempo médio de fecho das empresas em resposta às restrições da pandemia foi de 143 dias¹³. Embora os confinamentos estejam a ser aliviados e a maioria das empresas tenha reaberto, a queda homóloga da receita das vendas continua a ser elevada com 29 por cento. Os lucros caíram 16 por cento em comparação a 2019.

Sem reduções proporcionais nos custos gerais, a contracção das vendas continua a colocar as empresas em situações financeiras difíceis. Mais de 81 por cento das empresas consultadas recentemente estavam com falta de liquidez. No entanto, as pequenas empresas têm-se mostrado mais resilientes em termos de retenção de empregados do que se esperava. As pequenas e médias empresas (PMEs) recentemente consultadas na Guiné-Bissau demonstraram mais relutância em despedir trabalhadores, até no início e pico da pandemia, um padrão que condiz com o da região¹⁴. O relativamente grande ajustamento de vendas, custos e lucros em vez do emprego sugere que as pequenas empresas recorrem activamente a outros mecanismos de adaptação que não passam pelo despedimento de trabalhadores.

12 INE (2019). Estudo Regional Integrado do Emprego e do Sector Informal.

13 PNUD (2021) a publicar brevemente: Construir um futuro melhor para o ambiente de negócios na Guiné-Bissau

14 Arezi, R et al. (2021). Shaping Africa's Post- COVID Recovery. Center for Economic Policy Research. CEPR

Resta saber quanto mais esta tendência vai durar, dada a evolução incerta da emergente segunda vaga da pandemia e dos seus impactos na economia.

Embora o Governo tenha formulado o Plano de Resposta Socio-Económica (Estratégia de Desenvolvimento, Emprego e Fomento Industrial 2020-2024), a implementação continua limitada, em particular no que diz respeito às PME's. O Governo prestou apoio directo à campanha agrícola e usou a janela especial de refinanciamento do BCEAO para “títulos do tesouro COVID-19” para permitir o que o crédito fosse repassado pelos bancos comerciais locais ao sector da castanha de caju. Adicionalmente, em Junho de 2020, o Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) decidiu criar uma janela de XOF 100 mil milhões para estender o refinanciamento de 5 a 7 anos do crédito bancário às PME's nos 8 países membros da UEMOA.

4.2 Recomendações gerais

O sector privado tem de desempenhar um papel muito mais importante na recuperação do país se a Guiné-Bissau quiser sair da armadilha de um crescimento baixo e volátil, especialmente na era do pós-COVID-19. Dado que o governo terá pouca folga fiscal para financiar investimentos públicos no pós-COVID-19, mais ainda no contexto da expectativa da volatilidade da assistência externa, o país pode precisar de angariar financiamento do sector privado para tomar as medidas necessárias. Para tal, terá de melhorar o clima de negócios de formas que melhor apoiem as operações das PME's para criar riqueza e empregos e apoiar o crescimento inclusivo.

Dar mais acesso a produtos financeiros inovadores e adaptados continua a ser o ingrediente-chave para apoiar as empresas a subir na cadeia de valor, melhorar a eficácia e contribuir para a diversificação da economia. As PME's vão necessitar de um apoio célere, específico e coordenado, combinado com um apoio financeiro concebido por medida que inclua políticas fiscais e laborais melhoradas. As políticas devem visar tanto proteger os trabalhadores da exposição à doença no seu local de trabalho como assegurar o acesso dos trabalhadores a um apoio ao rendimento. O acesso aos serviços bancários formais continua a ser limitado, sublinhando a necessidade de intervenções neste sector. A microfinança ainda está num estado embrionário e os serviços financeiros digitais são incipientes, embora emergentes.

A instalação e o aproveitamento eficaz das tecnologias digitais estará na base de uma recuperação robusta após a pandemia. Países por toda a África demonstraram uma notável capacidade de adoptar tecnologias de informação para apoiar as empresas. Soluções digitais podem melhorar a resiliência e criar espaço para respostas políticas mais inclusivas e flexíveis. Um acesso melhorado a produtos e serviços, informações e financiamento pode levar à expansão da prestação de serviços públicos e impulsionar a transformação nos sectores produtivos. Um apoio ambicioso às PME's vai permitir-lhes passarem além de só se reconstruírem para os seus níveis anteriores à pandemia, vindo antes a reinventar-se de formas que alavancam as oportunidades apresentadas pelas tecnologias digitais para crescer e transformar os seus activos produtivos.

Para se assegurar uma transformação digital verdadeiramente eficaz será necessário superar a lacuna digital das PME's que continua a ser um obstáculo à produtividade. Esta lacuna digital também potencia as desigualdades entre trabalhadores, empresas e lugares. Mais de 70 por cento das empresas na Guiné-Bissau consultadas pelo PNUD identificaram o acesso à internet como o quarto estrangulamento do seu crescimento, a seguir às máquinas, tecnologia, cadeias de fornecimento e trabalhadores qualificados. Cerca de 70 por cento das empresas no país referiram que nunca usaram dinheiro móvel. As empresas consultadas referiram a lenta adopção dos produtos de dinheiro móvel pelos seus clientes e fornecedores como a principal barreira à adopção do dinheiro móvel para as suas transacções. Tal sugere a necessidade de uma abordagem abrangente que se debruce sobre os estrangulamentos, tanto do lado da procura como do lado da oferta, à informatização das empresas.

O Governo e os seus parceiros terão de fazer muito mais para apoiar a capacidade das PME's de fazerem negócios e acederem aos mercados regionais e mundiais. Tal pode ser conseguido através de um mix de políticas e instrumentos, referentes a comércio, impostos, tecnologia e inovação. Simplificar os procedimentos aduaneiros e torná-los mais responsáveis e transparentes também seriam passos na direcção certa. Cerca de 50 por cento das empresas consultadas pelo PNUD consideraram os níveis elevados dos impostos e das taxas os principais obstáculos à participação no comércio e ao acesso ao mercado.

Os actores do sector privado na Guiné-Bissau estão a operar num ambiente difícil. A reforma do quadro regulatório e a remoção de condicionamentos poderia libertar o potencial das empresas privadas e induzir um crescimento económico local e nacional sustentado. Um ambiente de negócios melhorado facilitaria a abertura e formalização de empresas e assim impulsionaria as capacidades produtivas dos milhares de PME's que operam no sector informal. Os impostos altos e o custo elevado da obtenção de licenças comerciais foram referidos pelas empresas consultadas como as principais barreiras à formalização. Um clima de negócios melhorado também ajudaria a atrair investidores estrangeiros, o que fomentaria o acesso a financiamento, novas tecnologias e conhecimento.

De acordo com o Banco Mundial, em 2020 foram recebidas remessas no valor de \$122.986.755 na Guiné-Bissau¹⁵. Existe um grande potencial no apoio e na alavancagem destes fluxos através da informatização. As remessas provaram ser mais resilientes contra a recessão induzida pela COVID-19 do que se projectou anteriormente¹⁶. Os serviços de remessas não digitais (dinheiro) continuam a ser mais caros do que os de base digital, como por exemplo o dinheiro móvel. Por isso, é importante reforçar-se a regulamentação do dinheiro móvel e identificar sistemas que fomentem a transparência e baixem os custos para os utilizadores finais. Tal vai melhorar o acesso a contas bancárias para os operadores móveis, tal como para os remetentes e destinatários de remessas.

¹⁵ <https://dados.worldbank.org/indicador/BX.TRF.PWKR.CD.DT?locations=GW>

¹⁶ Banco Mundial (2021). Resilience: COVID-19 Crisis Through a Migration Lens. Migration and Development Brief 34 Maio

Empresas que são propriedade de mulheres continuam a desempenhar um papel vital na recuperação através do fornecimento de alimentos frescos, roupa, catering e pequeno processamento alimentar. Por isso, as empresas nas mãos da juventude e das mulheres beneficiariam imenso da sua capacitação, incluindo a exploração de novas oportunidades de mercado e a adopção de tecnologias digitais. As medidas de apoio não deveriam fazer descarrilar os esforços para lidar com os correntes desafios ambientais do país, incluindo a gestão de riscos de catástrofe, água, saneamento e higiene, poluição do ar, e os seus impactos gerais na saúde. Tendo em conta a riqueza em capital natural de que está dotada a Guiné-Bissau com os seus diversos recursos de economia azul, é imperativo que se alavanque a gestão sustentável dos recursos naturais e se reforce a resiliência e a adaptação às alterações climáticas e às catástrofes com elas relacionadas. O Governo poderia visar regimes ‘dinheiro por trabalho’ para desenvolver respostas a desafios básicos às infra-estruturas sanitárias como a recolha de resíduos, latrinas públicas e campanhas nacionais de reflorestação.

4.3 Medidas de apoio no curto prazo

Canalizar fundos para a preservação de serviços, mercados e empregos para a população rural pobre.

- A abordagem mais comum tem sido a de assegurar a disponibilidade de empréstimos e financiamentos de curto prazo para facilitar a transição das PME's durante este período. Esta está em linha com o que está a ser implementado noutros países africanos. A disponibilização de fundos específicos através de instituições financeiras existentes que trabalham com produtores em pequena escala e pequenas e médias empresas é essencial para assegurar a disponibilidade de liquidez suficiente a um preço razoável para manter as empresas solventes, providenciar verbas imediatas aos agricultores e aliviar os requisitos de um reembolso imediato dos empréstimos.
- **Atribuir pequenos subsídios.**
 - Alguns países adoptaram subsídios específicos para PME's. Os subsídios podem ser benéficos para as empresas e os empresários mais vulneráveis que podem estar desencorajados de procurarem financiamento por empréstimos mesmo a taxas e com planos de reembolso altamente favoráveis devido ao receio de uma insegurança financeira de longo prazo e/ou margens reduzidas. Os subsídios podem ser de uma importância significativa para as start-ups e as empresas jovens. Dados internacionais sugerem fortemente que tais empresas são as mais vulneráveis numa crise e – o que não deixa de ser perverso – que a selecção pelo mercado não raramente funciona mal em resposta a um choque importante. Jovens empresas com um bom desempenho falham frequentemente onde empresas mais antigas e menos produtivas sobrevivem.
- **Disponibilizar garantias de crédito.**
 - Medidas como garantias de empréstimos poderão desempenhar um papel proeminente nas respostas políticas do Governo porque representam uma forma rápida de incentivar os bancos a corresponder aos requisitos de liquidez das empresas durante a crise da COVID-19. Garantias

de crédito poderiam mitigar riscos de crédito para os bancos emissores, facilitando o acesso a financiamento às empresas que de outro modo poderiam ver os seus quesitos recusados devido aos riscos associados ou à incapacidade de produzir garantias suficientes.

- Desenvolver as capacidades da estrutura de gestão de crises do Governo para melhorar a coordenação interministerial e multi-sectorial da resposta de emergência e do planeamento da resposta a longo prazo à COVID-19 que se centra na recuperação socio-económica e no desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.
- Desenvolver projectos de políticas de resposta multi-sectorial de emergência à COVID-19 (sector socio-económico; sector da saúde; direitos humanos; igualdade de género etc.) concebidas para um progresso sustentado e sensível às questões de género rumo aos ODS;
- Facilitar um processo consultivo inclusivo e participativo com importantes grupos de reflexão e organizações da sociedade civil (CSO) sobre as políticas pertinentes do Governo.
- **Prestar apoio ao capital de giro e moratórias fiscais.**
 - Em toda a região, os governos estão a tomar medidas para prestar apoio ao capital de giro, p.ex. através de medidas fiscais. Por exemplo, Cabo Verde, a Gâmbia e o Senegal estenderam os prazos de pagamento de impostos, bem como suspenderam temporariamente as contribuições para os fundos de pensões. A vizinha Guiné (Conacri) criou isenções de pagamento de facturas de serviços públicos das empresas no sector do turismo e da hotelaria e reduziu os impostos sobre apólices de seguros de saúde e vida. Mais poderia ser feito nesta área.
- **Prestar apoio a insumos e activos básicos para a produção.**
 - Disponibilização a curto prazo de insumos e activos básicos para a produção de culturas, gado e pescas a produtores em pequena escala para manter uma produção adequada e estabelecendo empreendimentos agrícolas alternativos de rápida maturação para contrariar os efeitos imediatos da crise económica. Tal poderá incluir sementes, adubos, pesticidas, maquinaria, água e transferências condicionais de dinheiro.
- **Facilitar, expandir e melhorar o acesso aos mercados.**
 - Remover barreiras em todos os contextos, incluindo a prestação de apoio logístico e de armazenamento para evitar perdas de produto, facilitando o transporte seguro e higiénico, e assegurar que os mercados permaneçam abertos e a procura continue a ser elevada, potencialmente com garantias de preços. Melhorar as opções de transporte também ajudaria a melhorar o acesso aos mercados.

4.4 Medidas de apoio no médio a longo prazo

A recuperação definitiva da COVID-19 na Guiné-Bissau tem toda a probabilidade de ser gradual e desigual. Com as ameaças das alterações climáticas e da degradação ambiental a pairar, o Governo da Guiné-Bissau tem de conceber respostas políticas que reforcem a resiliência a longo prazo da economia e da respectiva sociedade face a choques futuros. Como parte deste esforço, o Governo poderia considerar ferramentas de política fiscal que aumentem a competitividade e a procura de longo prazo, assegurando ao mesmo tempo que as medidas de estímulo estejam alinhadas com prioridades ambientais e objectivos de justiça social:

- **Reforçar a informatização.**

- A informatização oferece à Guiné-Bissau oportunidades de melhorar a prestação de serviços públicos, aumentar o acesso a aulas online e à telemedicina e facultar às PME's novas vias de alcançar clientes:
- Promover o acesso abordável, inclusivo, e seguro a infra-estruturas e tecnologias digitais.
- Reduzir as barreiras administrativas acelerando a implementação de iniciativas de governo electrónico.
- Criar uma plataforma nacional de aprendizagem electrónica para as PME's.
- Acelerar o comércio electrónico através do *design*.
- Resolver questões que perturbam os canais regulares de vendas das PME's, com enfoque na indústria do caju durante a quarentena.
- Acelerar a transformação digital dos prestadores de serviços às empresas, incluindo as câmaras de comércio.
- Fornecer informações relacionadas com a agricultura através de serviços digitais, com informações actualizadas sobre produção, tempo, preços de mercado e outras áreas importantes dada a falta de extensão e canais tradicionais de informações em zonas rurais.
- Impulsionar os investimentos em infra-estruturas sustentáveis.
- Reduzir as barreiras administrativas acelerando a implementação de iniciativas de governo electrónico.
- Empoderar economicamente as mulheres e a juventude através de quadros institucionais propícios e outras medidas, incluindo o aumento do seu acesso a oportunidades económicas.
- Reforçar as ONG's lideradas por mulheres e jovens.

- **Promover a cooperação e parceria entre grandes empresas e PMEs.**
 - Criar programas de parceria para melhorar a interconexão entre grandes empresas (tanto a nível regional como no plano nacional).
 - Apoiar orçamentos participativos, projectos de crowdfunding e empréstimos éticos directos (de pessoas a pessoas, P2P).
 - Promover e apoiar a flexibilidade das empresas (i.e., as empresas poderiam reformular a produção para responder a certos tipos de crise, incluindo a produção de equipamento de protecção pessoal como máscaras).
- **Rever a política de diplomacia económica e ajudar a atrair apoio financeiro empresarial e internacional à resposta de crise ao surto da COVID-19 na Guiné-Bissau.**
 - Rever as avaliações do impacto socio-económico da pandemia da COVID-19 em pessoas a viver ou viajar no estrangeiro (trabalhadores sazonais, turistas, viajantes de negócios);
 - Providenciar apoio à mobilização de recursos para atrair apoio financeiro empresarial e internacional à resposta de crise ao surto da COVID-19 na Guiné-Bissau.
 - Impulsionar investimentos em infra-estruturas sustentáveis;
 - Reduzir barreiras administrativas acelerando a implementação de iniciativas de governo electrónico.

4.5 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU

O **PNUD** assume a liderança técnica dos esforços por uma resposta e recuperação socio-económica no âmbito do Quadro das Nações Unidas para a resposta socio-económica imediata à COVID-19. Como tal, o PNUD está empenhado em procurar e abraçar tecnologias digitais existentes e emergentes em todos os aspectos do seu trabalho no sentido de melhor servir os seus parceiros em resposta à COVID-19 para realizar os ODS. Os Laboratórios de Aceleradores dos ODS do PNUD alavancam o uso de tecnologia digital para acelerar a realização dos ODS navegando os riscos e compromissos. O PNUD vai alavancar a sua experiência para ajudar os Governos e as suas instituições a manter as suas portas ‘abertas’ operando de forma remota através de plataformas digitais enquanto planeiam estratégias para uma transformação digital mais alargada. Mais especificamente, o PNUD vai prestar apoio ao desenvolvimento de políticas de protecção social que beneficiem directamente os grupos vulneráveis.

O PNUD vai também trabalhar para apoiar o desenvolvimento de um quadro nacional de finanças digitais e comércio electrónico que apoie a inclusão financeira e o acesso a serviços financeiros incluindo a microfinança e micro-subsídios para PMEs e MPMEs. O PNUD vai fomentar o empenho da diáspora no desenvolvimento de soluções fintech.

O UNCDF dispõe de uma experiência alargada no uso de inovações digitais para apoiar países in crise, inclusive através de pagamentos digitais, do comércio electrónico e dos sistemas de entrega porta-a-porta. O UNCDF vai trabalhar com actores do sector privado na Guiné-Bissau para alavancar o poder das tecnologias digitais para ajudar as MPMEs a racionalizar os canais de distribuição existentes, a otimizar a gestão de stocks e integrar os pagamentos digitais e alavancar soluções digitais para promover a eficácia e a geração de rendimentos.

O FIDA vai trabalhar para abordar as perturbações de curto prazo no sistema alimentar que se espera limitarem a capacidade dos mercados de funcionar. O Fundo vai abordar obstáculos que perturbam a produção e o processamento e que, combinados com efeitos macroeconómicos e sociais, poderiam impactar negativamente a segurança alimentar. A instituição vai mobilizar recursos adicionais de um modo célere e eficaz para apoiar intervenções favoráveis aos pobres. Sempre que seja possível, o FIDA vai trabalhar de perto com a UNCT e o Gabinete do Coordenador Residente para assegurar coordenação e sinergias.

Tabela 4.1: Organizações do UNDS a trabalhar no Pilar 3 – Resposta e recuperação económica – proteger empregos, empresas e trabalhadores do sector informal

Área de actividade	N.º de actividades	Orçamento	Agências a contribuir	Lacuna total
Recuperação e resiliência das PMEs incluindo produtores agrícolas	6	22.886.655	FIDA, FAO, PNUD, PAM	
Reforço das cadeias de fornecimento e valor e criação de meios de subsistência através de obras públicas	3	19.000.000	PNUD, Banco Mundial, FAO	1,500,000 (PNUD)
TOTAIS	8	50.886.655	5	

Fig 4.1: PILAR 3 Atividades planeadas e em curso, desagregadas por agência

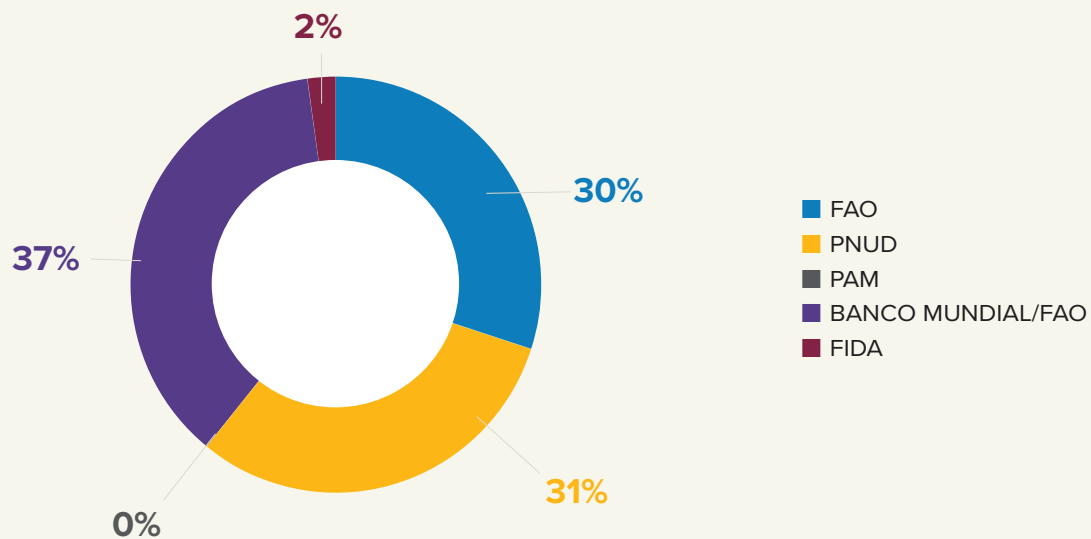
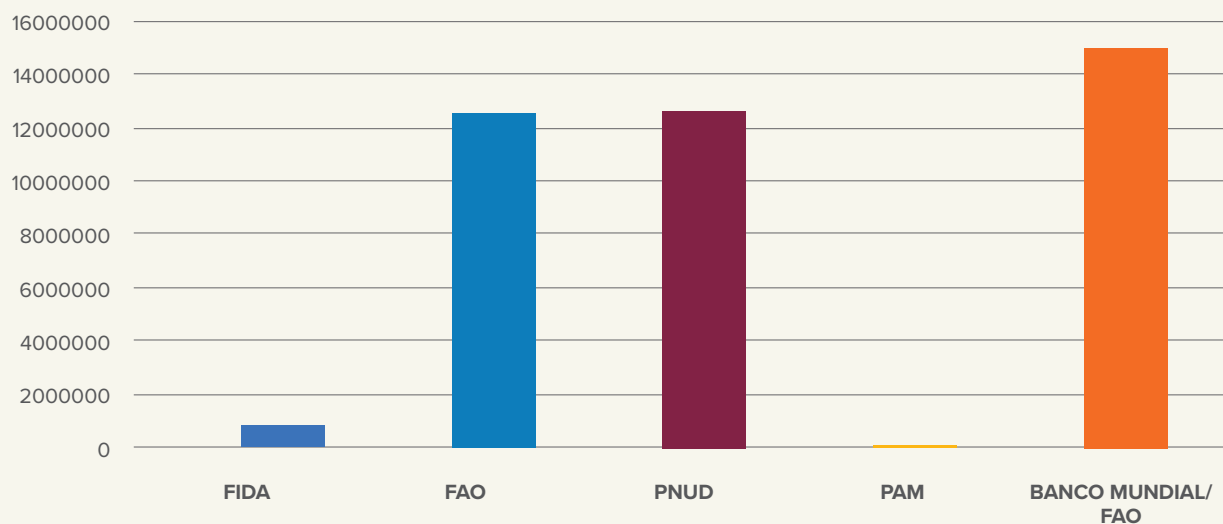


Fig 4.2: PILAR 3 Atividades planeadas e em curso (USD)



05

Resposta macroeconómica e colaboração multilateral



5.1 Análise da situação

Quando a pandemia chegou à Guiné-Bissau no início do ano 2020, deixou expostas as vulnerabilidades financeiras e económicas preexistentes do país. O cultivo e a exportação da castanha de caju in natura foi responsável por mais de 90 por cento dos ganhos totais com a exportação. A agricultura representa 40 por cento da economia mas emprega 80 por cento da força de trabalho, a esmagadora maioria a trabalhar informalmente. O crescimento económico foi baixo e volátil, a uma média anual de 3,3 por cento ao longo dos últimos 20 anos, inferior aos 4,5 por cento da média africana. A margem de manobra orçamental permaneceu limitada. Quase não existia margem para despesas governamentais discricionárias com o défice orçamental de 2019, com uma média de 5,1 por cento do PIB – tendo subido relativamente aos 4,8 por cento de 2018 (sobretudo devido a encargos recorrentes). A receita fiscal permanecia entre as mais baixas de África, com uma média de 9 por cento do PIB.

A Guiné-Bissau enfrentou a COVID-19 com uma elevada dívida pública a rondar os 67 por cento do PIB; a dívida não-concessional interna correspondia a 41 por cento do PIB e empréstimos concessionais externos representavam 26 por cento do PIB. O serviço apenas da dívida interna consumia 12,8 por cento das receitas das exportações, 21 por cento da receita governamental e 30 por cento dos encargos totais com a saúde. O pagamento da dívida externa representava 4,5 por cento da receita governamental e 10 por cento dos encargos com a saúde¹⁷. Entretanto, o sector bancário tem almofadas de liquidez limitadas para apoiar a economia. Antes da pandemia, a Guiné-Bissau permanecia o único país na União Monetária Oeste Africana (UEMOA) com um rácio de concentração do risco negativo e um rácio negativo de alavancagem. O crédito malparado está em alta, sendo estimado em 26,5 por cento dos empréstimos totais. O maior banco local (representando 40 por cento dos depósitos bancários) já regista capitais próprios negativos de há vários anos a esta parte, representando uma ameaça à estabilidade macrofinanceira e colocando todo o sector em dificuldade¹⁸.

O colapso da economia e o imperativo de redireccionar a despesa pública para encargos de saúde e programas sociais relacionados com a COVID-19 fizeram piorar o desequilíbrio macroeconómico e complicaram as expectativas de uma recuperação sustentada. Em 2020, o crescimento reduziu-se a -2,4 por cento – uma desaceleração substancial relativamente aos 4,5 por cento de 2019. Embora esteja previsto um aumento do crescimento para os 3 por cento em 2021, a produção apenas regressará aos níveis de 2019 em 2023. O FMI estima que as receitas com exclusão de subsídios caíam de 13 por cento em 2019 para 12,1 por cento em 2020. Prevê-se que esta tendência continue, com as receitas internas a permanecer moderadas e a subir devagar até chegarem ao seu nível anterior à crise em 2025. Prevê-se que o défice orçamental se alargue

¹⁷ FMI (2021). Guinea-Bissau Request for Disbursement under the Rapid Credit Facility IMF Country Report No. 21/29

¹⁸ Banco Mundial (2020). Guiné-Bissau: The Economic Impact of the COVID-19 Global Crisis

até 2023, devido a uma descida brusca da receita das exportações, incluindo uma redução do turismo internacional e das remessas.

Como resultado da recessão económica, o banco central regional (BCEAO) adoptou uma política monetária acomodatória para apoiar o Governo, os bancos comerciais e o sector privado a fim de mitigar os impactos da pandemia. Por exemplo, adoptou excepcionalmente a taxa de política mínima de 2,5 por cento, permitindo aos bancos satisfazerem as suas necessidades de liquidez a uma taxa inferior à anterior à pandemia. Também lançou títulos de dívida pública sob a forma de títulos do tesouro COVID-19 para permitir ao Governo o financiamento das suas necessidades imediatas de liquidez e prolongou a transição para os requisitos prudenciais de Basel II/III em mais um ano. O Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) decidiu criar uma janela de XOF 100 mil milhões para estender o refinanciamento de 5 a 7 anos do crédito bancário às PME nos 8 países membros da UEMOA, incluindo a Guiné-Bissau.

O Governo prestou apoio directo ao sector agrícola no valor de XOF 790 milhões. Usou uma janela especial de refinanciamento do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) para “títulos do tesouro COVID-19” emitidos pelo Estado num valor próximo de US\$27 milhões para os bancos comerciais locais concederem empréstimos ao sector da castanha de caju. No entanto, a escala de financiamento continua a ser muito reduzida por comparação às necessidades reais. O Governo continua a procurar apoio financeiro internacional para complementar o seu programa de assistência. O Governo pediu e obteve do FMI um perdão da dívida através do Fundo Fiduciário de Contenção e Alívio de Catástrofes [Catastrophe Containment and Relief Trust] (\$5,1 milhões), e de Assistência de Emergência para abordar a pandemia da COVID-19 (\$20,5 milhões).

5.2 Recomendações gerais

São necessárias medidas fiscais imediatas para aumentar os investimentos em saúde e protecção social a fim de conter a propagação da COVID-19 e mitigar os seus impactos no emprego e nas populações vulneráveis. Os sistemas de saúde e as redes de protecção social terão de ser fortalecidos, e terão de o ser de um modo sustentável. As intervenções de recuperação devem ter em conta as necessidades das populações vulneráveis, com destaque para as mulheres. O sector da educação também vai precisar de um substancial apoio orçamental para reforçar o sistema educativo para este chegar às comunidades desfavorecidas.

Dada a margem de manobra orçamental limitada, adicionais financiamentos concessionais, incluindo subsídios, continuam a revestir-se de uma importância crítica para uma recuperação sustentada. As dívidas não-concessionais internas aumentaram significativamente, representando 41 por cento do PIB e consumindo 21 por cento das receitas governamentais e 30 por cento dos encargos totais com a saúde. O financiamento concessional vai, por isso, aliviar a pressão fiscal e criar espaço para despesas críticas para apoiar a recuperação económica.

Melhorar o desempenho da mobilização da receita pública de formas sustentáveis e amigas das empresas continua a ser uma intervenção crítica para manter a margem de manobra orçamental necessária para um aumento da despesa com a saúde e infra-estruturas prioritárias. A política fiscal terá de fazer a transição da confiança excessiva em formas tradicionais de impostos indirectos para impostos modernos e directos, que são mais progressivos e se centram mais nos rendimentos e lucros do que nas actividades comerciais e empresariais. A Guiné-Bissau tem um dos esforços fiscais mais baixos¹⁹ e uma das taxas de arrecadação fiscal mais fracas da região, expressa como percentagem do PIB.²⁰ O FMI projectou que os países da região poderão aumentar a percentagem dos seus impostos sobre o PIB em 1 por cento por ano ao longo dos próximos cinco anos²¹. Melhorias na administração tributária também farão diferença. A racionalização e simplificação da miríade de impostos num sector crítico vai melhorar o clima de negócios. Na actualidade existem múltiplos impostos, como as taxas no sector do caju, que são distorcionários e regressivos, com o seu fardo a recair de forma desproporcional sobre pobres agricultores e empresas. Daqui para a frente, será importante que se reforme e racionalize a administração tributária e se reduzam as ineficiências nos procedimentos de importação e exportação.

O sistema de administração tributária vai beneficiar da sua informatização pelo reforço de eficácia e conformidade. Tal como outros serviços governamentais, a arrecadação fiscal na Guiné-Bissau sofreu o impacto das medidas de confinamento e distanciamento social, uma vez que os pagamentos continuam a depender de interacções pessoais²². A informatização vai também melhorar a transparência. Um estudo recente demonstrou que, em África, a informatização do sector público está associada a níveis inferiores de percepção da corrupção e a um aumento da confiança nos funcionários da administração tributária²³.

Apoio à liquidez através da disponibilização de uma linha de crédito poderia ajudar a manter uma importante tábua de salvação para as MPMEs. A expansão do sector do dinheiro móvel poderia oferecer oportunidades significativas de aumentar a produtividade da economia e reduzir a lacuna digital.

Do lado da despesa, uma gestão transparente e responsável das finanças públicas é de importância crítica, assim como o reforço da liderança política das reformas. O Governo terá de aumentar a transparência, o controlo interno e a supervisão em torno da orçamentação, da despesa, do controlo e da gestão. O desenvolvimento de um plano claro para a gestão das finanças públicas seria um ponto de partida prático. As áreas prioritárias das reformas incluem a fiabilidade dos dados finanças públicas e a transparência, um sistema racionalizado de classificação orçamental e o alinhamento com as directrizes da UEMOA. O Governo também tem de assegurar uma maior transparência das operações extra-orçamentais.

19 WAMA (2010). Tax Efforts in ECOWAS countries. West African Monetary Agency

20 <https://dados.worldbank.org/indicador/GC.TAX.TOTL.GD.ZS?locations=GW> FMI(2017).

21 FMI (2017). Taxes, Debt and Development: A One-Percent Rule to Raise Revenues in Africa <https://blogs.imf.org/2017/12/05/taxes-debt-and-development-a-one-percent-rule-to-raise-revenues-in-africa/>

22 FMI (2021). Guinea-Bissau: Request for Disbursement Under the Rapid Credit Facility. IMF Country Report No. 21/29

23 FMI (2020). Can Digitalization Help Deter Corruption in Africa? IMF Working Paper

As intervenções políticas de recuperação vão envolver compromissos entre diversas opções e riscos financeiros e riscos não financeiros, incluindo as alterações climáticas e os riscos políticos. Será essencial entender os impactos distributivos que qualquer intervenção vai causando ao longo do tempo na economia e nos sectores sociais e ambientais. Devem analisar os impactos distributivos de qualquer proposta de política de recuperação e basear a sua escolha da direcção política na redução das desigualdades.

A vacinação continua a ser uma das mais importantes medidas de saúde pública na caixa de ferramentas para gerir pandemias e os seus impactos na economia. O maior risco para uma recuperação sustentada é a evolução da pandemia em virtude do desenvolvimento e da propagação das novas variantes contagiosas do coronavírus. Sem se abordarem os impedimentos crónicos do sistema de saúde relacionados com a aquisição, distribuição, administração e hesitação em relação às vacinas, os estrangulamentos sistémicos podem entravar os esforços de aquisição. Enquanto a vacinação de toda a população não estiver alcançada, intervenções de saúde pública como o porte universal de máscaras, o distanciamento social, as estratégias de testagem e rastreamento vão continuar a ser necessárias para conter as vagas subsequentes.

Para lá da recuperação imediata, será necessário um aumento da produtividade para assegurar a viabilidade económica a longo prazo e reduzir os efeitos a longo prazo da crise sobre o investimento, o emprego e o capital humano (através de recuos na aprendizagem). O investimento em e a actualização de infra-estruturas vai impulsionar a produtividade, a resiliência e o crescimento. Infra-estruturas digitais e amigas do clima podem ir de mãos dadas. A Guiné-Bissau não tem uma rede eléctrica nacional. A alavancagem de fontes de energia como o solar vai melhorar significativamente o acesso à electricidade, acelerando a informatização da economia. O Quénia, a título de exemplo, foi capaz de aumentar o acesso à electricidade de 40 para 70 por cento pelo recurso a pequenas centrais eléctricas solares sem ligação à rede convencional²⁴.

São necessários esforços no sentido de incrementar a capacidade do Governo de gerir crises com eficácia e de melhorar a coordenação interministerial da resposta multi-sectorial de emergência e do planeamento da resposta de longo prazo à COVID-19. A formação deve focar-se necessariamente na recuperação socio-económica e no desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo. Deve abranger conhecimentos técnicos para a gestão da coordenação de crise em órgãos executivos e formas de desenvolver políticas multi-sectoriais de resposta de emergência à COVID-19 (sector socio-económico; sector da saúde; direitos humanos; igualdade de género, etc.) para um progresso sustentado e sensível às questões de género rumo à realização dos ODS.

Respostas políticas nacionais adoptadas de forma unilateral, embora necessárias, podem provar-se insuficientes. Políticas monetárias acomodáticas para mitigar os impactos da COVID-19 nos países da União Monetária Oeste Africana (UEMOA) têm tido impactos adversos no país anfitrião importando inflação — através de aumentos no Índice de Poder de Compra dos Consumidores

24 <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2018/12/06/kenya-charts-path-to-achieving-universal-access-to-electricity>

[Consumer Purchasing Index (CPI)]²⁵. Uma maior coordenação regional das respostas de política monetária e fiscal poderia reduzir as repercussões macroeconómicas nocivas da crise económica induzida pela pandemia.

5.3 Medidas de apoio no curto prazo

- Reforçar os mecanismos de coordenação multi-parceiros em cooperação com os ministérios da tutela.
- Reorientar projectos e mecanismos existentes para expandir as transferências de dinheiro para populações vulneráveis e PME's.
- Providenciar a concessão imediata de financiamento a crédito, subsídios e garantias de crédito.
- Diferir os pagamentos por conta dos impostos das empresas para reforçar a sua tesouraria.
- Trabalhar para melhorar o ambiente geral de negócios para o tornar mais apelativo e favorável aos empresários.

5.4 Resposta e prontidão no médio prazo

- Capacitar as instituições governamentais e o seu pessoal para interligar políticas de orientação, planeamento e financiamento, inclusive através da Quadro de Financiamento Nacional Integrado (INFF) para os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Capacitar as Instituições governamentais e o seu pessoal para a gestão das finanças públicas e os benefícios do governo electrónico.
- Informatizar o sistema de administração tributária.
- Estabelecer um Conselho Nacional de Investimento ancorado no plano supremo do governo para facilitar o diálogo regular entre o governo e operadores económicos sobre as principais políticas macroeconómicas e desafios do ambiente de negócios na Guiné-Bissau.
- Aumentar a mobilização nacional de recursos através da expansão da base fiscal, tornando-a mais responsável, justa e transparente.
- Promover o acesso abordável, inclusivo e seguro a infra-estruturas e tecnologias digitais.
- Promover indústrias locais que acrescentem valor localmente enquanto expandem a diversificação das exportações.

25 Coulibaly, S (2021). COVID-19 policy responses, inflation and spillover effects in the West African Economic and Monetary Union. Africa Development Review. Vol 3. Issue S1.

5.5 Medidas de apoio no longo prazo

- Desenvolver e implementar uma política fiscal prospectiva que encoraje a diversificação e a adição de valor num quadro económico verde e inclusivo.
- Estabelecer um Banco de Desenvolvimento Nacional para financiar projectos de desenvolvimento críticos de longo prazo.
- Acelerar a adopção das energias renováveis, com destaque para a implementação do projecto transfronteiriço da Organização para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Gâmbia (OMGV) que pretende prolongar a rede eléctrica para ligar a Guiné (Conacri), a Guiné-Bissau, a Gâmbia e o Senegal e contribuir para a satisfação das necessidades energéticas e objectivos em termos de energias renováveis dos seus quatro países-membros.

5.6 As propostas de valor e apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU

O **PNUD** vai apoiar o desenvolvimento da economia azul para apoiar um crescimento verde, resiliente e inclusivo. A organização também vai ajudar a desenvolver a estratégia nacional de economia azul e a desenvolver cadeias de valor com recurso a uma abordagem de cluster em sectores-chave incluindo as pescas, o turismo e a agricultura. O PNUD também vai apoiar o Governo a criar um ambiente propício para o florescimento do sector privado, inclusive através da racionalização de regulamentos, incentivos e do acesso a financiamento e energia. O PNUD vai promover modelos de negócios e financiamento sustentáveis para tecnologias resilientes face aos desafios climáticos, incluindo o solar, mini-redes e tecnologias bioenergéticas de baixo carbono para daqui em diante construir mais verde e azul. Será prestado apoio para integrar a sustentabilidade ambiental nas estratégias de recuperação macroeconómica. O PNUD também vai trabalhar com parceiros nacionais e outros interessados para expandir o uso de tecnologias digitais de acordo com a estratégia digital nacional. O PNUD vai sensibilizar para os benefícios dos mecanismos financeiros digitais e apoiar o desenvolvimento do quadro nacional para a finança digital e o comércio electrónico.

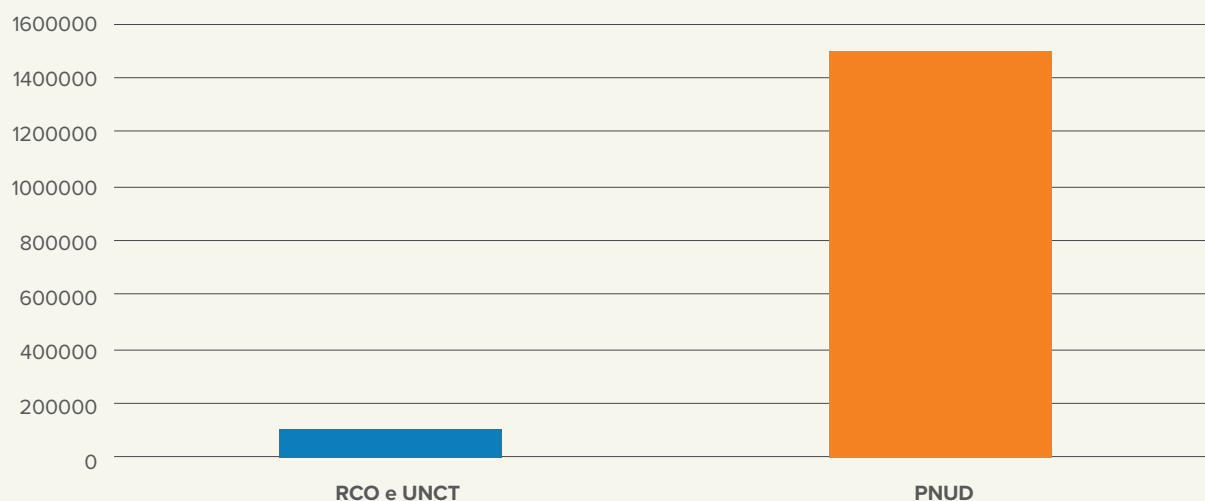
O Banco **Mundial** vai continuar a apoiar a recuperação, tirando proveito de novas oportunidades de criar uma economia mais sustentável, inclusiva e resiliente. O Banco Mundial ajustou e estendeu o seu Quadro de Parceria de País 2018-2021 para abordar um leque de intervenções críticas, entre as quais a recuperação. O novo programa vai apoiar a imunização, o reforço do sector público e a resiliência costeira, a energia solar e a recuperação de estradas. O BM associou-se com diversas agências das Nações Unidas e outros parceiros para o desenvolvimento para melhorar o seu impacto (PNUD, FAO, UE) e vai continuar a priorizar sinergias e coordenação. O BM vai continuar a liderar determinados grupos de coordenação de doadores como os do Grupo de Doadores Energia e vai continuar a participar em outros, como o Grupo Água e Saneamento.

Em resposta ao surto da pandemia, o país beneficiou de um perdão da dívida do FMI através do Fundo Fiduciário de Contenção e Alívio de Catástrofes (CCRT), com as medidas aprovadas a 13 de Abril de 2020, 5 de Outubro de 2020 e 1 de Abril de 2021. O pedido de uma Facilidade de Crédito Rápido (RCF) no valor de SDR 14,2 milhões (US\$ 20,5 milhões) foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI a 25 de Janeiro de 2021. Em Dezembro de 2020, as autoridades requereram a adesão tanto à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) como ao Programa Monitorizado de Pessoal (SMP) e pediram a constituição de um histórico para um ECF [Mecanismo de Crédito Prorrogado] até ao fim de-2021 ou início de 2022.

Tabela 5.1: Organizações do UNDS a trabalhar no Pilar 4 – Resposta macroeconómica e colaboração multilateral

Área de actividade	N.º de actividades	Orçamento	Agências a contribuir	Lacuna total
Apoio ao financiamento sustentável	2	1.600.000	RCO/UNCT, PNUD	100.000 (RCO/UNCT) 700.000 (PNUD)

Fig 5.1: PILAR 4 Atividades planeadas e em curso (USD)



06

Coesão social e resiliência comunitária



6.1 Análise da situação

A miríade de desafios ligados à pobreza e à desigualdade tornou as populações rurais e certos segmentos demográficos da população mais vulneráveis ao impacto da COVID-19 aumentando também o potencial de conflitos. O aumento da probabilidade de conflito vem acompanhado do risco e da probabilidade adicional de transformar a emergência global de saúde numa crise socio-económica e de governação. Assim, as disparidades pré-existentes, associadas à retracção económica, comprometem ainda mais a coesão social e exacerbam as vulnerabilidades de certas comunidades. As crescentes tensões sociais e a instabilidade política arriscam-se a esvaziar o acervo de capital social, de importância crítica para a solidariedade social e a coesão.

Devido às condições pré-COVID, existia uma elevada probabilidade de as mulheres e as crianças continuarem a ser afectadas de forma desproporcional. As mulheres na Guiné-Bissau enfrentam várias desvantagens socio-económicas, incluindo o acesso limitado a factores de produção como terras e outros recursos económicos. As mulheres do meio rural correm um risco particular de resvalarem para uma situação de pobreza ainda mais profunda no decurso da pandemia.

A pandemia afecta de forma desproporcional os que trabalham no sector informal e os que têm contratos de trabalho vulneráveis. Acresce que o estigma e atitudes discriminatórias dificultam a coesão social e limitam o tratamento justo de muitos, especialmente mulheres e outros grupos vulneráveis, além dos moradores de zonas rurais. As mulheres nos sectores informais, que constituem alegadamente 52,3 por cento da força de trabalho informal na Guiné-Bissau, estão mais em risco devido ao seu estatuto de trabalhadoras à jorna, incluindo trabalhadoras domésticas, mulheres e raparigas migrantes, sendo absoluta a falta de protecção social.

Embora as redes de solidariedade social no seio das comunidades facilitem a sobrevivência, as relações entre e dentro de diversos grupos e o Governo continuam a ser postas à prova pela pandemia. A literatura distingue entre capital social que estabelece laços (relações de confiança intracomunitária) e o que lança pontes (relações intercomunitárias). Vindo no rescaldo da contestação pós-eleitoral, a severidade das medidas de emergência tomadas pelo Governo foi registada por alguns grupos com desconfiança e suspeição. Na sua opinião poderia tratar-se de uma forma de suprimir as dissensões e de consolidar o poder. De acordo com uma recente sondagem à opinião pública na África Ocidental, mais de 58 por cento dos respondentes expressaram preocupação com que os representantes governamentais aproveitem as restrições para fins políticos e pessoais (incluindo o aumento da sua riqueza pessoal e do seu poder) e procurem restringir de forma permanente as liberdades individuais.²⁶

²⁶ Afrobarometer (2021). Corruption, Mistrust, and Praise? Assessing governments' management of the COVID-19 pandemic in West Africa. Afrobarometer Dispatch No. 439, 7 April 2021.

6.2 Recomendações gerais

Os esforços de reconstruir e sustentar a confiança no Governo e nas suas instituições serão uma condição prévia necessária para uma recuperação bem sucedida. Sondagens à opinião pública em toda a África Ocidental revelam em geral um apoio positivo às medidas de confinamento impostas pelo Governo para limitar a propagação do coronavírus. No entanto, a maioria dos respondentes não confia em que o Governo esteja a fornecer estatísticas fiáveis sobre os números de casos e mortes da COVID-19. Como resultado deste ‘défice de confiança’, mais de 60 por cento da população da Guiné-Bissau indicaram que não aceitariam a vacina mesmo que se tornasse disponível e acessível.²⁷

Para abordar estes desafios, a coesão social terá de ser reforçada dentro de e entre comunidades e grupos criando e apoiando inovadoras plataformas de diálogo e dando prioridade ao empenho e empoderamento das mulheres e da juventude. Serão essenciais as iniciativas de procurar o empenho de líderes comunitários, estabelecer ligações com o diálogo político nacional e apoiar processos inclusivos de diálogo.

O Governo deverá assegurar um contrato social baseado em direitos e alicerçado num reforço da solidariedade. O impacto socio-económico da pandemia pôs a nu profundas fissuras no tecido social, com algumas comunidades e grupos a serem deixados para trás, e as desigualdades estão em alta. Um maior enfoque nas regiões continua a ser crítico para qualquer resposta política sustentada à COVID-19 e além dela.

A sondagem da Afrobarometer indica uma opinião generalizada de que a resposta do Governo à crise foi até à data injusta, mal gerida e corrupta²⁸. Melhorar a responsabilidade é uma chave à superação desta percepção. Com o influxo de recursos e as expectativas crescentes, é essencial que se assegure o uso transparente e responsável desses recursos e a consecução de resultados. É agora a oportunidade de restabelecer o elo de confiança entre o governo e os cidadãos.

Plataformas digitais poderiam ajudar a melhorar a transparência da despesa pública e reduzir os incentivos para desviar os recursos ligados à COVID-19 para bolsos privados. Para evitar um recrudescer de percepções de corrupção, o Governo deveria publicar em linha todas as actividades de aquisição pública, e em seguida publicar todos os contratos de aquisição adjudicados, incluindo os nomes das empresas, a natureza específica dos bens e serviços adquiridos, os seus preços unitários e os valores gerais dos contratos. Após a conclusão dos contratos, os relatórios que validam a entrega dos bens ou serviços também deveriam ser publicados online dentro de um prazo razoável (i.e. três meses).

²⁷ Afrobarometer (2021). Corruption, Mistrust, and Praise? Assessing governments' management of the COVID-19 pandemic in West Africa. Afrobarometer Dispatch No. 439, 7 April 2021.

²⁸ Ibid

A melhoria da integridade e da do carácter inclusivo do processo democrático é igualmente um elemento importante das reformas necessárias para assegurar que o país seja capaz de construir melhor daqui em diante. O Governo deve proteger e alargar os espaços cívicos e reforçar as instituições comunitárias para promover uma maior participação na tomada de decisões e resolução de conflitos.

Embora as mulheres participem por vezes nas instituições de justiça tradicionais, o seu papel e a sua influência são mínimos. Por vezes, o seu envolvimento é usado para ofuscar o status quo, deixando-as para trás em seguida para desempenhar um papel secundário relativamente aos homens. É essencial assegurar que os mecanismos comunitários de resolução de litígios, incluindo os sistemas de justiça tradicionais, sejam inclusivos e sensíveis às questões de género. Devem também respeitar os direitos das mulheres, jovens e crianças abordando a violência baseada no género.

Tanto as autoridades como os parceiros não devem negligenciar o valor acrescentado do envolvimento de jovens cidadãos e mulheres na recuperação. A incorporação de uma perspectiva jovem e o investimento na criatividade e no espírito empreendedor da juventude em todo o país trará soluções inovadoras para desafios locais à recuperação do pós-COVID-19. No interesse de uma recuperação sustentável e inclusiva é igualmente crucial envolver as mulheres nos processos de tomada de decisões para mitigar os impactos negativos da pandemia nos meios de subsistência e investimentos previstos.

O encorajamento de compromissos partilhados nos locais de trabalho vai criar confiança entre os interessados e contribuir para uma recuperação sustentável. O diálogo social e as parcerias desempenham um papel importantíssimo no desenvolvimento de políticas de protecção da saúde dos trabalhadores da propagação do vírus. As empresas estabeleceram acordos e protocolos para disponibilizar equipamento de protecção pessoal aos seus trabalhadores, impulsionar precauções sanitárias, reorganizar locais de trabalho e permitir horários de trabalho flexíveis para permitir o distanciamento social. Pela negociação colectiva destes acordos entre empregados e empregadores, o diálogo social dá aos trabalhadores a voz e confiança colectiva de que necessitam para voltarem ao trabalho em segurança quando for possível.

O esforço de resposta deve adoptar precauções especiais para evitar que algumas populações se tornem mais vulneráveis à violência e discriminação. Os direitos de todos os grupos marginalizados devem receber um tratamento prioritário. Por exemplo, quaisquer serviços digitais novos a serem introduzidos não devem conduzir a maiores desigualdades causadas pela falta de acesso às novas tecnologias ou de literacia digital.

O Governo terá de reforçar as capacidades para poder apoiar os grupos vulneráveis. Tal vai requerer uma actualização das capacidades técnicas das instituições governamentais para estas serem capazes de melhor desenvolver e implementar estratégias de resposta sectoriais inclusivas que sejam centradas nas pessoas e impulsionadas pelas pessoas-. O Governo também terá de incluir a sociedade civil como um parceiro para assegurar a proporcionalidade e transparência do esforço de resposta.

6.2 Medidas de apoio no curto prazo

- **Grupos vulneráveis**

- Ao decidir sobre realocações orçamentais em resposta à pandemia da COVID-19, priorizar intervenções que visem especificamente os grupos mais vulneráveis cujos direitos podem ter sido afectados pelas restrições da quarentena.
- Manter consultas sistemáticas com representantes de grupos vulneráveis, instituições nacionais de direitos humanos e outras entidades relevantes na concepção e implementação das medidas de resposta à COVID-19 e recuperação socio-económica.

- **Governança e Estado de Direito**

- Conceder ao sistema judicial financiamento suficiente para permitir o acesso à justiça a todos a fim de assegurar o desenvolvimento continuado de tecnologias de informação para os tribunais e salvaguardar a independência do sistema judicial.
- Assegurar a investigação eficaz de qualquer incidente de violação dos direitos humanos, crime de ódio ou outro acto discriminatório no contexto da COVID-19 e assegurar a responsabilização por tais actos.
- Apoiar as funções nucleares do Governo para continuar a ser capaz de prestar serviços durante a pandemia, melhorando ao mesmo tempo a capacidade de entender as necessidades dos cidadãos e propondo respostas adequadas.
- Impulsionar o sector dos media para assegurar que informações precisas sejam divulgadas de forma atempada.
- Apoiar esforços no sentido de contrariar a poluição informativa e encorajar o papel dos media de fiscalizadores das intervenções do governo em resposta ao impacto da COVID-19.

6.3 Medidas de apoio no médio prazo

- **Apoiar a tolerância**

- Agir sem demora para combater qualquer retórica que atice o medo e o estigma e assegurar que a resposta à COVID-19 não torne algumas populações mais vulneráveis à violência e discriminação que outras.
- Recolher dados desagregados por sexo, idade e outros identificadores sociais para abordar questões de direitos humanos, tolerância e respeito.
- Reforçar as capacidades dos responsáveis e jornalistas de combate e prevenção de discursos de ódio e retórica agressiva visando pessoas vulneráveis, pessoas sem abrigo e outros indivíduos

com base na sua raça, etnia, idade, identidade de género, orientação sexual, ocupação, estatuto social, estado de saúde ou outro.

- **Reforçar a informatização inclusiva**

- Assegurar que a informatização não conduza a desigualdades maiores causadas pela falta de literacia digital ou de acesso às novas tecnologias.
- Promover um acesso abordável, inclusivo e seguro a infra-estruturas e tecnologias digitais.
- Reduzir barreiras administrativas acelerando a implementação de iniciativas de governo electrónico.
- Trabalhar para fechar o fosso digital, inclusive através da introdução de programas de literacia digital e acesso à informatização por parte dos mais desfavorecidos.
- Abordar o fosso digital para as crianças do meio rural e as crianças de famílias pobres, inclusive assegurando acesso e formação.
- Desenvolver materiais acessíveis e adaptados para estudantes com deficiências, apoiar a aprendizagem à distância.

6.4 Proposta de valor e intervenções do Sistema de Desenvolvimento da ONU

O **PNUD** vai promover estratégias eficazes de protecção social de formas que abordem especificamente as causas imediatas e as raízes das desigualdades e discriminações na Guiné-Bissau, amplificadas pela pandemia. Vai apoiar esforços de monitorização de incidentes de discriminação e xenofobia que resultem da COVID-19, assim como o acesso atempado a informações para prevenir e proteger populações vulneráveis. O PNUD vai também facilitar mecanismos de empenho comunitário para assegurar que as respostas sejam concebidas por medida das necessidades locais e promover a coesão social.

O PNUD também vai reforçar a capacidade do governo de apoiar grupos vulneráveis com base na abordagem baseada nos direitos humanos da resposta e recuperação. O PNUD vai trabalhar com os media e organizações da sociedade civil para melhorar a responsabilidade e transparência das políticas públicas e encorajar a expansão da despesa do governo para reduzir e mitigar o impacto da pandemia. Esse apoio também vai reforçar a integridade e inclusividade dos processos democráticos e de tomada de decisões de formas que não deixem nenhum indivíduo ou grupo para trás. O PNUD vai apoiar o Governo na melhoria da coordenação interministerial e multi-sectorial em situações de emergência e encorajar a resposta sustentada à pandemia da COVID-19 de uma forma que vise a recuperação socio-económica e a consecução dos ODS.

A **UNICEF** vai trabalhar no sentido de priorizar as crianças e os adolescentes mais vulneráveis, incluindo os deficientes, refugiados e minorias. As áreas prioritárias vão incluir a protecção

da criança, a saúde mental e serviços baseados no género para melhor proteger as crianças e mulheres. A UNICEF vai procurar expandir os sistemas de protecção social e as redes de protecção de emergência como os programas de caixa. As intervenções da UNICEF serão sensíveis a conflitos e fomentarão a inclusão, confiança e coesão social.

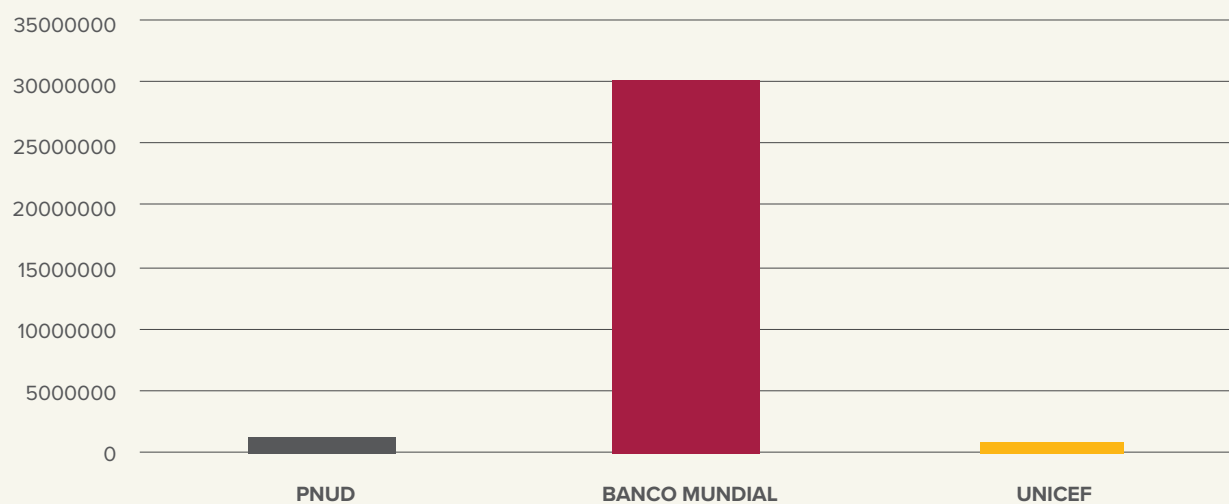
O **PAM** vai continuar a apoiar o plano de resposta à COVID-19 do Governo no âmbito dos esforços integrados da UNCT. Vai trabalhar para o reforço das medidas de protecção social, incluindo a capacitação do Ministério da Mulher, Família e Coesão Social para prestar assistência pela via de transferências de numerário [Cash-Base Transfer (CBT)]. O PAM também vai trabalhar para melhorar a preparação das comunidades mais vulneráveis para choques, incluindo as alterações climáticas.

O programa corrente do **Banco Mundial** foca-se em melhorar a qualidade dos serviços de base e expandir as oportunidades económicas para a população jovem em rápido crescimento. O Banco vai continuar a reforçar políticas, instituições e investimentos para conseguir uma recuperação resiliente, inclusiva e sustentável. O Banco vai apoiar esforços no sentido de reduzir a vulnerabilidade a choques sistémicos e reforçar as redes de protecção social contra choques de rendimentos.

Tabela 6.1: Organizações do UNDS a trabalhar no Pilar 5 – Coesão social e resiliência comunitária

Área de actividade	N.º de actividades	Orçamento	Agências a contribuir	Lacuna total
Reforço da coesão social	2	850.000	PNUD	
Reforçar a resiliência das comunidades	3	31.200.000	PNUD, Banco Mundial, UNICEF	250,000 (PNUD)
TOTAIS	5	32.050.000	2	

Fig 6.1: PILAR 5 Atividades planeadas (USD)



07

**Perspectiva
estratégica,
parcerias e
mobilização
de recursos**

7.1 Resumo

À medida que a pandemia continua a fazer estragos na Guiné-Bissau e além dela, e variantes mais mortais e contagiosas do vírus continuam a emergir, o impacto sobre a economia do país é devastador. Os efeitos da COVID-19 vão sem dúvida conduzir a um declínio significativo das receitas do governo e das exportações, tanto em termos absolutos como nos de uma percentagem do Produto Interno Bruto. A situação da dívida piorou, as remessas declinaram e os fluxos do Investimento Directo Estrangeiro declinaram significativamente.

A ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) continua a estar debaixo de pressão com os países doadores a braços com os seus próprios desafios económicos. Assim, a expansão das parcerias existentes com parceiros-chave para o desenvolvimento vai ser necessária para aplicar este Plano e assegurar que a Guiné-Bissau possa relançar as suas prioridades de desenvolvimento.

A fim de apoiar tais esforços em países de baixo e médio rendimento, o Secretário-Geral da ONU lançou um Fundo Fiduciário para Resposta e Recuperação da ONU como uma das medidas. Outros fundos também foram lançados, mas precisam de reforço. A Organização Mundial da Saúde (OMS), que está a liderar e coordenar o esforço global, lançou um apelo para reunir US\$ 1,96 mil milhões para preencher os requisitos do Plano Estratégico de Prontidão e Resposta de 2021.

Em 2020, o Fundo Global para a Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária atribuiu quase US\$1 mil milhões a 106 países para apoiar as suas respostas à COVID-19. Graças a investimentos e contribuições de um número crescente de doadores foi capaz de continuar em 2021.

Mas continua a existir um enorme défice de financiamento e novas parcerias terão de ser procuradas e estabelecidas. A maior parte dos países em desenvolvimento – e a Guiné-Bissau não é uma excepção – não têm recursos internos e margem de manobra orçamental suficientes para financiar medidas adequadas de resposta e recuperação face à COVID-19. Assim, mais cooperação internacional e financiamento externo – no plano global, regional e local – vai ser crucial para a plena implementação das medidas recomendadas neste SERP.

A UNCT, juntamente com o Banco Mundial e o FMI, mobilizaram \$152,5 milhões para apoiar esforços de resposta de emergência na Guiné-Bissau e estão a trabalhar afincadamente para identificar fontes para os \$2,5 milhões adicionais necessários para preencher a lacuna. A UNCT reorientou e adaptou os programas existentes para integrar os desafios e prioridades relacionados com a COVID-19, mas é necessário mais.

7.2 Formular uma resposta coerente, colaborativa e colectiva

A resposta à pandemia vai sem dúvida expandir além do âmbito deste relatório sobre a resposta, baseado nas avaliações em tempo real das Nações Unidas das crescentes necessidades no terreno e da transição prospectiva rumo ao reforço da recuperação e da criação de resiliência. O quadro socio-económico do Secretário-Geral inclui cinco vertentes de trabalho, cada uma das quais será crucial para o sucesso da resposta abrangente. As cinco vertentes de trabalho que constituem este pacote incluem: 1) assegurar que os serviços de saúde essenciais continuem a estar disponíveis e proteger os sistemas de saúde; 2) ajudar as pessoas a lidar com as dificuldades através de protecção social e serviços de base; 3) proteger empregos, apoiar as empresas de dimensão pequena e média e os trabalhadores do sector informal através de programas de resposta e recuperação económica; 4) orientar a necessária multiplicação de estímulos fiscais e financeiros para fazer com que as políticas macroeconómicas funcionem em prol dos mais vulneráveis e reforçar as respostas multilaterais e regionais; e 5) promover a coesão social e investir em sistemas de resiliência e resposta liderados pela comunidade. Além disso, estas cinco vertentes estão ligadas por um forte imperativo de sustentabilidade ambiental e igualdade de género para reconstruir melhor.

Embora a gravidade do impacto da COVID-19 sobre o desenvolvimento humano ainda seja emergente, é claro que os decisores têm uma oportunidade única numa geração de fazer escolhas que salvem vidas hoje e liderem uma recuperação rumo a uma abordagem muito mais sustentável através do reforço de sistemas de prestação de serviços, verdejando ao mesmo tempo o desenvolvimento económico.

Por isso, o papel social e económico do Sistema de Desenvolvimento da ONU é o de criar escolhas que possam impulsionar a mudança da sociedade. A forma desses pontos de viragem – que seja criar um melhor acesso aos cuidados de saúde e outros serviços públicos, fechar o fosso digital para proteger a educação, oferecer soluções para países afogados em dívida e interrupções repentinas do comércio, minimizar a dependência de um único produto, mitigar os efeitos da crise climática ou procurar acabar com as normas sociais que perpetuam as desigualdades de género – depende do contexto e da procura nacional. É por isso que as Nações Unidas estão a auscultar os seus parceiros no terreno e estão a criar, junto com eles, soluções que se adaptem às novas realidades.

7.3 Parcerias e quadro de mobilização de recursos

A abordagem integrada descrita nas secções anteriores reclama programas conjuntos de elevado impacto sempre que tal seja exequível para obter ganhos de eficácia e eficiência, em linha com o Contributo Central da Equipa de País das Nações Unidas (UNCT). Algumas das intervenções serão no sentido de conceber de raiz novos programas, enquanto outras podem passar pela sua reorientação na medida das necessidades.

O propósito desta secção é, por isso, o de definir abordagens comuns para mobilizar recursos estratégicos a fim de criar um apoio sustentável aos programas e actividades da ONU no âmbito do Plano de Resposta Socio-Económica (SERP). Tal ajudará a racionalizar a comunicação com os doadores, prevenir a concorrência interna por recursos e apoiar a priorização das necessidades.

O propósito global é o de contribuir para uma visão comum que sirva de referência principal para orientar a UNCT no desenvolvimento do quadro do SERP. Trata-se de um rascunho para a UNCT ajudar a realizar os seus objectivos de mobilização de recursos e entender as actuais lacunas de financiamento. Neste contexto, esta secção também serve de guia para melhorar a capacidade da UNCT de identificar e maximizar financiamento flexível e previsível para cada um dos cinco pilares.

7.3.1. Fundos para apoiar o Plano de Resposta Socio-Económica

Desde o início da pandemia da COVID-19, a UNCT tem mobilizado conhecimentos e recursos adicionais para apoiar a resposta de emergência à COVID-19. Durante este período, a UNCT tem cultivado uma estreita relação de trabalho com os governos, a comunidade dos doadores, a sociedade civil e outros parceiros da comunidade internacional, incluindo o sector privado.

Para assegurar que a resposta socio-económica se baseie em aspirações fortes e inclusivas de apropriação nacional e desenvolvimento, a UNCT envolveu-se num diálogo estruturado em torno das já referidas cinco vertentes de trabalho para discutir as áreas prioritárias específicas da resposta socio-económica, identificar iniciativas importantes, mas igualmente para definir prerrogativas estratégicas prospectivas. Isso permitiu à UNCT abordar os muitos, complexos e crescentes desafios, em parte pela reorientação e adaptação de um número de programas existentes para integrar abordagens e actividades relacionadas com a COVID-19.

A verba total necessária para apoiar a implementação do SERP é estimada em USD 155.035.533. Até ao final de Junho de 2021, os parceiros para o desenvolvimento comprometeram-se a disponibilizar USD 152.485.533 para apoiar a implementação dos diversos pilares / áreas do Plano. Com um hiato de USD 2.550.000, ainda é necessário que sejam acelerados os esforços para mobilizar recursos a fim de colmatar a lacuna de financiamento.

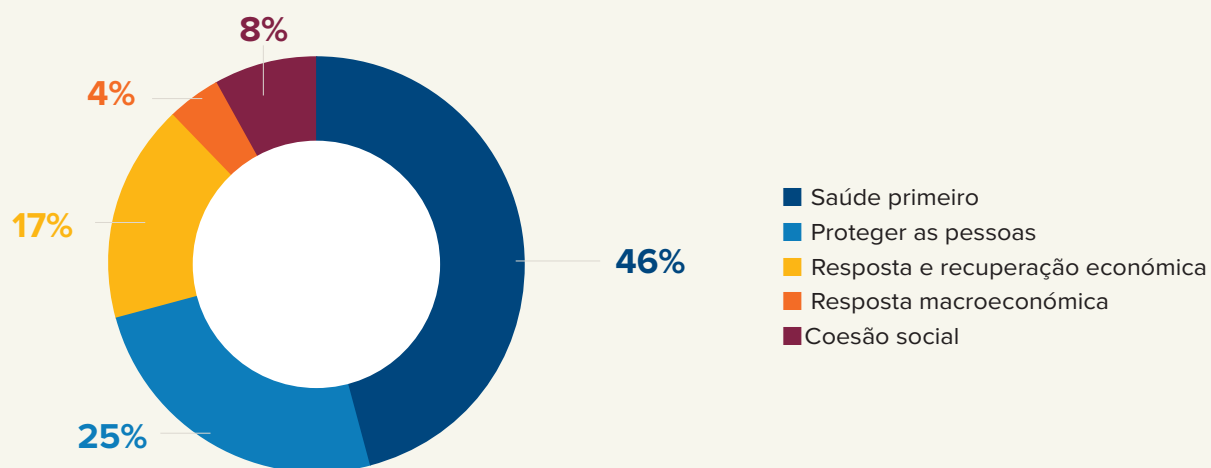
A tabela abaixo discrimina os requisitos de financiamento, os recursos mobilizados e a lacuna de implementação do SERP.

Tabela: 7.1 Orçamento discriminado por pilares e lacunas

Pilar	Orçamento total (USD)	Recursos mobilizados (USD)	Lacuna de financiamento (USD)
1: Saúde primeiro	41.028.255	41.028.255	0
2: Proteger as pessoas	35.920.643	35.920.643	0
3: Resposta e recuperação económica	43.386.655	41.886.655	1.500.000
4: Resposta macroeconómica e colaboração multilateral	2400.000	1600.000	800.000
5: Coesão social e resiliência comunitária	32.300.000	31.200.000	250.000

Fonte: RCO

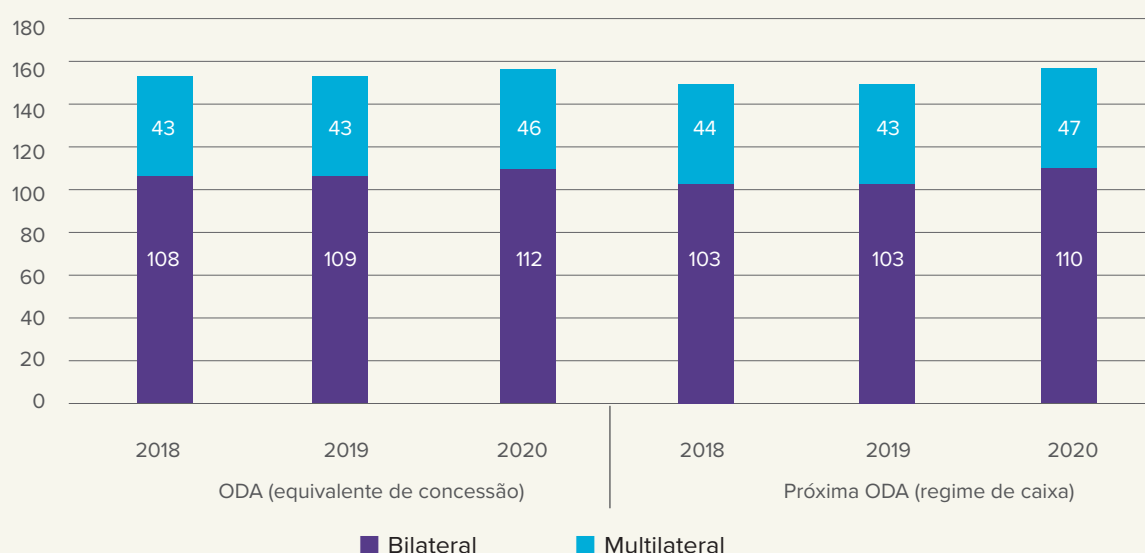
Fig. 7.1: Distribuição das actividades de resposta à COVID-19



7.3.3 Ambiente de ajuda

Em 2020, a ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) aumentou em 3,5 por cento em termos reais por comparação a 2019, conforme os cálculos com base na nova unidade de medida do equivalente-subvenção, o maior aumento de que há registo. Sustentado por um aumento em actividades e empréstimos bilaterais relacionados com a COVID-19, a AOD bilateral líquida encaminhada para África também aumentou em 4,1 por cento em termos reais (para \$39 mil milhões).²⁹

**Fig. 7.2: Ajuda oficial ao desenvolvimento, 2018-2020
(USD milhares de milhões, preços constantes de 2019)**



Estimativas iniciais e parciais de um inquérito da OCDE sugerem que os membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) mobilizaram \$12 mil milhões para o apoio no âmbito da COVID-19 destinado a países em desenvolvimento. Embora estes números sejam positivos e demonstrem a resiliência da AOD durante a crise, o verdadeiro valor dos compromissos de financiamento da cooperação para o desenvolvimento no âmbito da COVID-19 é difícil de determinar.

Os doadores bilaterais mantiveram em 2020 compromissos com a saúde às expensas de outros sectores como a assistência humanitária e governação e segurança, enquanto as IFIs aumentaram os seus compromissos em toda a linha com um enfoque significativo na governação e segurança, protecção social e educação.

Assim sendo, os níveis de AOD mantiveram-se constantes em 2019, na generalidade dos doadores bilaterais individuais, mas os efeitos económicos da pandemia conduziram a quedas comunicadas de ajudas desembolsadas por membros do CAD da OCDE de mais de 40 por cento.

²⁹ Dados actualizados do relatório de 2021 Financing for Sustainable Development [Financiar para um Desenvolvimento Sustentável], após a publicação, a 13 de Abril, dos dados de ODA de 2020

7.4 Perspectiva de financiamento

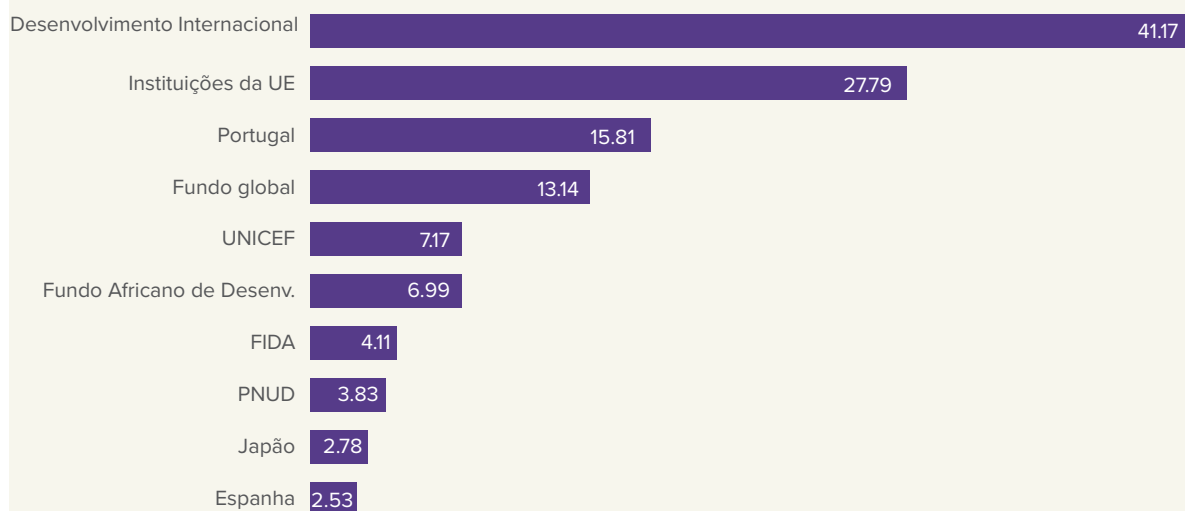
Os governos dos Estados da OCDE projectam uma queda do rendimento nacional e um aumento da despesa pública nas suas próprias fronteiras. A manutenção ou o aumento da AOD neste contexto envia um forte sinal de solidariedade global e vários membros do CAD indicaram na última Reunião de Alto Nível do CAD de Novembro de 2020 que iriam proteger ou mesmo aumentar os seus orçamentos de AOD em 2021. No entanto, os volumes gerais totais de AOD do CAD estarão provavelmente em queda em 2021 tendo em conta o anúncio do Reino Unido de um corte combinado de £10.1 mil milhões (\$12.2 mil milhões) no seu orçamento de 2020/2021.

Por conseguinte, a ONU tem de equilibrar dois requisitos concorrentes em 2021: responder aos impactos da COVID-19 e assegurar que os recursos continuem a ser investidos em prioridades de desenvolvimento de longo prazo. Realocações orçamentais das agências de desenvolvimento libertaram milhares de milhões de dólares para responder a novas necessidades ligadas à COVID-19, mas isso aconteceu às expensas de outras áreas de desenvolvimento e da assistência humanitária.

Por isso, apresenta-se a oportunidade para o sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau ser um líder do pensamento com a sua resposta de desenvolvimento COVID-19 ligando o Plano de Resposta Socio-Económica a tendências actuais de AOD.

A alavancagem de parcerias estratégicas existentes e futuras com actores-chave do desenvolvimento permitiria encaminhar os investimentos no desenvolvimento para onde fossem mais necessárias. Ao mesmo tempo, esta abordagem ajudaria a assegurar complementaridade e coerência na totalidade do esforço de resposta.

Fig. 7.3: Os dez maiores doadores de AOD bruta para a Guiné-Bissau, média 2018-2019, em milhões de USD



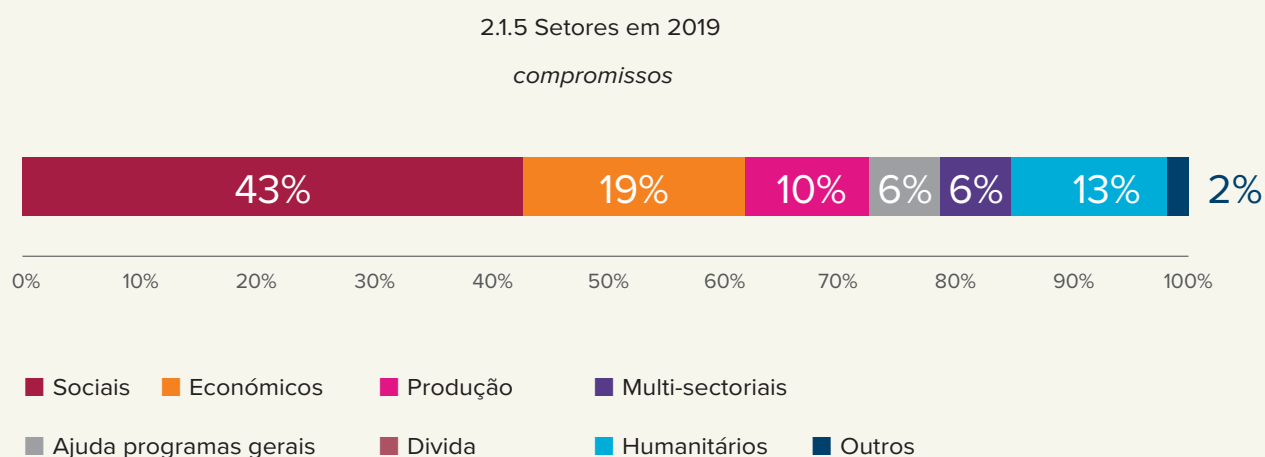
A alavancagem de parcerias existentes é crucial tendo em consideração que a esmagadora maioria do financiamento do desenvolvimento na Guiné-Bissau passa por fundos comuns multilaterais, assentes nos princípios das Nações Unidas, e programas bilaterais de ajuda. Os parceiros-chave neste aspecto seriam o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, assim como os principais doadores de Bissau: a União Europeia, Portugal, o Japão, o Fundo Global e outros fundos comuns assentes nos princípios das Nações Unidas.

Vários doadores bilaterais e multilaterais (UE, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Japão) apoiaram actividades imediatas de saúde no âmbito da Resposta à COVID-19 em Bissau financiando o sistema das Nações Unidas e/ou através de outros parceiros de implementação. Espera-se que um aumento significativo de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para abordar todo o leque de necessidades de recuperação causadas pela pandemia da COVID-19 leve em consideração as tendências globais e os padrões de doadores-chave em Bissau, que são as instituições da UE (25,4 por cento) e o Japão (1,2 por cento). No entanto, outros doadores-chave do país como Portugal e Espanha introduziram cortes nos seus AOD gerais de 10,6 por cento e 1,8 por cento, respectivamente.

Embora seja difícil analisar o padrão de cada parceiro sem um devido exercício de mapeamento, a preocupação com o SERP vai permitir que a UNCT leve a cabo este processo consultivo na busca de compromissos assumidos e sólidos.

Por outro lado, a resposta lenta e desadequada dos doadores tradicionais à crise da COVID-19 representa uma oportunidade para potências emergentes como os BRICS desempenharem um papel mais importante no quadro internacional da ajuda ao desenvolvimento. Os países BRICS, especialmente a China e a Rússia, já assinalaram uma predisposição para mostrar liderança em assuntos globais e providenciar uma benéfica e oportuna ajuda internacional ao desenvolvimento. Já tomaram algumas medidas bilaterais para apoiar outros países em desenvolvimento³⁰ no espírito da cooperação e da solidariedade Sul-Sul.

Fig. 7.4: Principais compromissos sectoriais (Guinea-Bissau), pré-pandemia, 2019

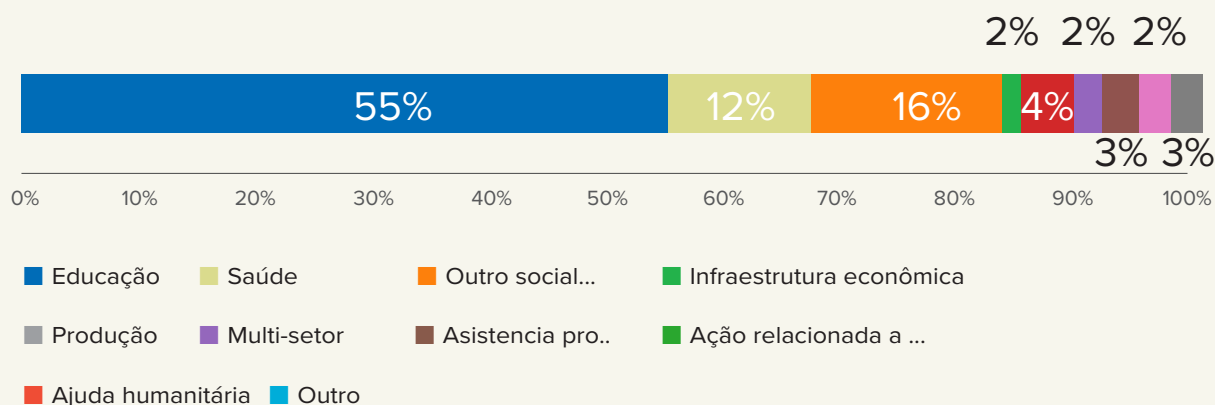


Um certo grau de reorientação de financiamentos programáticos foi acordado com parceiros da ONU nos sectores sociais e económicos. Tal vai igualmente requerer esforços adicionais de mobilização ou realocação de recursos mais importantes para os sectores produtivos e económicos que são vitais para a recuperação de longo prazo e sempre costumaram ser considerados de prioridade relativamente baixa nas alocações de AOD.

Fig. 7.3 e 7.5 acima do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE ilustram o compromisso dos principais membros do CAD da OCDE nestes sectores em África e na Guiné-Bissau em particular.

³⁰ Alinhado com a estratégia UNCT RM - Análise baseada no Contexto

Fig. 7.5: Compromissos sectoriais bilaterais de AOD, Guiné-Bissau, pré-pandemia, média 2018-19



7.5 Medidas a tomar no imediato e no médio prazo no quadro da criação de parcerias e mobilização de recursos

As recomendações reunidas nesta secção têm o propósito de proporcionar uma abordagem holística da mobilização de recursos (MR) sustentável, em linha com o “Quadro das Nações Unidas para a resposta socio-económica imediata à COVID-19” e o/as corrente(s) processo de planeamento estratégico / prioridades estratégicas nacionais no âmbito do Plano Nacional de Contingência.

As recomendações também incluem o apoio à UNCT no cumprimento dos compromissos da Agenda 2030 e na inclusão a programação existente de recuperação e resiliência. Esta abordagem baseia-se nos acordos da iniciativa de Financiamento do Desenvolvimento na Era da COVID-19 e Além lançada pelo Secretário-Geral da ONU e os Primeiros-Ministros do Canadá e da Jamaica em Maio de 2020.

É essencial que a UNCT siga uma abordagem comum à mobilização de recursos e realize uma campanha coerente ao desenvolver o SERP. O trabalho realizado em conjunto para comunicar este Plano e coordenar os esforços de comunicação deverá ter um impacto positivo sobre as contribuições tanto afectadas como não afectadas.

Com isto em mente, e orientado pelas informações recolhidas de várias boas práticas e lições assimiladas³¹, propõe-se que a UNCT considere a implementação das seguintes recomendações que reflectem uma dupla abordagem à mobilização de recursos e criação de parcerias no quadro do SERP:

- Melhorar as relações com os doadores e a gestão baseada em resultados e a capacidade de comunicação no RCO para continuar a desenvolver e implementar o SERP: o RCO poderia reforçar a sua capacidade de coordenar as relações com os doadores e a mobilização de recursos em apoio dos Pilares do SERP e das respectivas linhas de serviços (i.e. planeamento baseado em resultados, monitorização e avaliação; coordenar toda a elaboração de relatórios e assegurar o controlo de qualidade a fim de permitir a orientação por resultados; gerir as comunicações externas não relacionadas com a elaboração de relatórios em nome do CR; apoiar o CR no reforço das relações com os doadores). A coordenação das relações com os doadores não deve impedir o pessoal de MR de outras agências de interagir com doadores, desde que assim aconteça de um modo coordenado e com claras vantagens comparativas. Toda a coordenação deverá assim facilitar a partilha de informações, assegurar que a mobilização de recursos reflecta as prioridades estratégicas e apoiar os esforços de mobilização para abordar as actuais lacunas de financiamento do SERP.
- Desenvolver propostas para novos projectos interdisciplinares relacionados com áreas emergentes de prioridade/oportunidade: Preparar e/ou melhorar propostas para projectos focados em diversos assuntos transversais relativos às prioridades da Guiné-Bissau (p.ex. alterações climáticas, construção da paz ou recuperação verde e sustentável; entre outros). Neste aspecto, também será uma boa estratégia explorar as oportunidades de criar parcerias com outras entidades de fora do sistema da ONU a fim de melhorar a atractividade das propostas apresentadas aos doadores que priorizam a integração da AOD.
- Relacionar-se pessoalmente com alguns doadores seleccionados: onde pareça existir um forte potencial para uma parceria, as organizações podem abordar os doadores pessoalmente com propostas talhadas à medida do seu interesse.
- Mapear a viabilidade de instrumentos de financiamento bem como a monitorização dos orçamentos em função das prioridades sociais de desenvolvimento incluídas na resposta de recuperação (i.e. a recuperação verde no âmbito do Quadro de Cooperação SIDS, o financiamento dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e o financiamento com enfoque nas questões de género, entre outros).
- Assegurar a coordenação do UNCT no âmbito dos fundos conjuntos enquadrados pela ONU. O Fundo Fiduciário Multi-Parceiros (MPTF) da ONU para a COVID-19 tem desempenhado um papel de destaque ao apoiar a resposta, e assim continua. Seria útil analisar-se os papéis dos fundos fiduciários e outras modalidades inovadoras de financiamento para dar apoio à programação conjunta de uma recuperação sustentada³².

31 A determinar

32 <https://www.un.org/development/desa/financing/sites/www.un.org.development.desa.financing/files/2020-05/Mapping%20of%20COVID-19%20Response.pdf>

- Envolver-se com o sector privado: Melhorar a colaboração com o sector privado, começando pelas empresas que já têm relacionamentos existentes com as Nações Unidas. O SERP poderá ser uma oportunidade de alinhar as actividades e os investimentos do sector privado com a Agenda 2030 (i.e., incentivar os investidores, bancos e empresas de todas as dimensões a incorporar os ODS na sua tomada de decisões e na sua prática).
- Desenvolver um plano de comunicações externas e explorar parcerias inovadoras no contexto do quadro do SERP: delinear um roteiro para comunicar os avanços conseguidos pela UNCT nos cinco pilares aos doadores e ao público em geral.
- Reforçar as capacidades e os conhecimentos no plano interno para maximizar as oportunidades de apoiar a mobilização dos recursos adequados para o SERP. Não menosprezando os desafios inerentes ao ensejo de assegurar recursos financeiros e humanos adequados, é importante que se tente adoptar uma abordagem criativa relativamente a eventuais arranjos institucionais. O RCO deve liderar a orientação/formação de membros designados do pessoal no seio da UNCT que em seguida terão a responsabilidade de aconselhar e apoiar as respectivas agências em qualquer assunto referente aos pilares e actividades previstas no SERP.

Annexo

Anexo 1: Nota sobre as medidas do Governo em resposta à pandemia da COVID-19

Após a confirmação dos primeiros casos de infecção, oficialmente divulgados a 25 de Março de 2020, as autoridades nacionais da Guiné-Bissau tomaram uma série de medidas de prevenção e controlo da pandemia da COVID-19. Estas medidas incluíram: 1) o encerramento das fronteiras e dos serviços não essenciais, incluindo restaurantes, bares, estabelecimentos nocturnos e lugares de culto; 2) declaração do estado de emergência; 3) restrição de actividades e recolher obrigatório; e 4) confinamento das pessoas infectadas.

Um documento denominado “Plano de Contingência” foi redigido e validado para coordenar a resposta do Governo, e este continua a ser o único quadro de referência para as acções do Governo e dos TFPs [Parceiros Técnicos e Financeiros]. Para a sua implementação, as prioridades no que toca à despesa de saúde foram estabelecidas pelo Centro das Operações de Emergências em Saúde (COES) que opera na dependência do Ministério da Saúde. As medidas políticas são tomadas por um Alto Comissariado para a Luta contra a Covid-19 colocado sob a autoridade do Presidente da República.

A intenção do PC, no valor inicial de quase US\$14 milhões, era de prestar cuidados gratuitos às pessoas infectadas, equipar unidades de cuidados intensivos, reforçar a vigilância epidemiológica e biológica e aumentar a entrega de medicamentos aos hospitais.

Por outra parte, a fim de mitigar o impacto imediato da pandemia, o Governo disponibilizou alocações de emergência de: (i) XOF 222 milhões para o fornecimento de medicamentos, alimentação e equipamento médico, e (ii) XOF 580 milhões para a aquisição e distribuição de 20.000 sacos de arroz e 10.000 sacos de açúcar em todo o país, incluindo nas áreas mais remotas, e (iii) XOF790 milhões sob a forma de apoio directo à campanha agrícola.

No que concerne a apoios ao sector privado, o governo mobilizou XOF 15 mil milhões no mercado sub-regional de títulos públicos, tendo-os emprestado por sua vez aos bancos comerciais para financiar a campanha de comercialização da castanha de caju. Este passo facilitou a entrega e o armazenamento de quase metade da produção da castanha de caju na campanha de 2020 e ajudou manter o emprego neste sector vital.

Também serão tomadas outras medidas, nomeadamente medidas fiscais para apoiar o sector privado que se ressentiu fortemente do impacto da crise. Estas incluem 1) o cancelamento das sanções impostas às empresas a partir da data da declaração do estado de emergência; 2) o alargamento dos prazos de entrega das declarações fiscais e de pagamento dos impostos; e 3) o alívio das condições para o pagamento de dívidas fiscais em várias prestações.

No entanto, os desafios continuam a ser de monta, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista económico. O país não dispõe de um sistema de saúde capaz de proteger a população mais vulnerável das consequências de saúde e económicas da COVID-19. O impacto económico

da crise induziu um declínio da riqueza nacional, cuja evolução foi estimada em termos reais em -1,4% no exercício de 2020. A recuperação esperada em 2021 (3,3%) permanece altamente dependente do sucesso da campanha de comercialização da castanha de caju desse ano.

À luz do referido, as autoridades planeiam modernizar as infra-estruturas de saúde existentes e apetrechá-las com o equipamento adequado. A assistência às famílias mais desfavorecidas continua a ser uma das acções prioritárias na agenda do Governo. A recuperação também implica o apoio às empresas (sector privado), tendo de ser propostos mecanismos de financiamento flexíveis e adaptados, especialmente para as micro e pequenas empresas. Têm de ser privilegiados canais como a microfinança para promover a inclusão financeira das mulheres e da juventude. Para o médio e longo prazo, estão a ser gizados planos para tirar pleno proveito do potencial do país de alavancar as economias verde e azul.

Anexo 2: Ligações entre os pilares da recuperação e os documentos estratégicos que as orientam

Ligações	Saúde primeiro	Proteger as pessoas	Resposta e recuperação económica	Resposta macroeconómica e cooperação multilateral	Coesão social
Plano Nacional de Contingência para a COVID-19	Coordenação de operações (COES), logística e aquisição, comunicação e consciencialização, prevenção e controlo de infeções, reforço de medidas de saúde nos pontos de entrada, vigilância epidemiológica	Reforço de medidas de saúde nos pontos de entrada Reforço do apoio psico-social			Apoio psico-social
Estratégia de Desenvolvimento, Emprego e Fomento Industrial 2020-2024 (Hora Tchiga)	Plano Nacional de Contingência, Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde III (2018-2022) e programa de reforço do sistema de saúde	Programa para promover a cadeia de valor, passando pela segurança nutricional e alimentar incluindo transferências de dinheiro aos mais vulneráveis; Projecto de emergência relativo a WASH no contexto da COVID-19	Programa de linhas de crédito, programa para promover as cadeias de valor agrícolas, incluindo o comércio de plantas, animais, o ramo agro-alimentar, programa para reduzir a informalidade e modernizar artesanatos incluindo a promoção da ligação entre os mercados informais e as empresas online, Programa em benefício do turismo e hotéis; programa de encorajamento do empreendedorismo, investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico incluindo o estabelecimento de um ecossistema da inovação em Bissau;	Negociação de financiamento concessional e alívio da dívida; Programa de liberalização dos mercados de energia e água, incluindo projecto de emergência relativo a WASH no contexto da COVID-19; Construção de centrais eléctricas em centros urbanos regionais com recurso a centrais de energia solar; Harmonizar o investimento público e privado; gestão das finanças públicas incluindo eficaz gestão fiduciária de fundos; reforçar a redução de riscos de catástrofes incluindo uma agricultura resiliente ao clima	Programa de habitação social incluindo a construção de 300 unidades de habitação social

Ligações	Saúde primeiro	Proteger as pessoas	Resposta e recuperação económica	Resposta macroeconómica e cooperação multilateral	Coesão social
Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023	Objectivo Estratégico 1: Melhorar o capital humano e as condições de vida das populações;	Objectivo Estratégico 1: Melhorar o capital humano e as condições de vida das populações;	Objectivo Estratégico 2: Reformar a economia e promover crescimento e emprego;	Objectivo Estratégico 2: Reformar a economia e promover crescimento e emprego; Objectivo Estratégico 3: Desenvolver sectores produtivos da economia e infra-estruturas; Objectivo Estratégico 5: Revitalizar política estrangeira e promover integração regional e valorizar diásporas guineenses; Objectivo Estratégico 6: Preservar a biodiversidade, combater alterações climáticas e melhorar capital natural;	Objectivo Estratégico 1: Consolidar a democracia, reformas do Estado de Direito e modernização das instituições públicas
UNPAF 2016-2020 prolongado por um ano	OG3- Saúde e desenvolvimento	OG3- Saúde e desenvolvimento	OG2- Crescimento económico e redução da pobreza	OG2- Crescimento económico e redução da pobreza; OG4- Biodiversidade, alterações climáticas e redução dos riscos de catástrofes	OG1- Estado de Direito e governação
Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (QC) 2022-2026	QC Outputs: 3.1, 3.6	QC Outputs 3.1,3.2, 3.3,3.4, 3.5,3.6	QC Outputs 2.1, 2.2	QC Outputs 2.1, 2.2,2.3, 2.4, 2.5	QC Outputs 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5
Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	ODS 3, ODS 5	ODS1,ODS 2, ODS 4, ODS 5, ODS6	ODS 7, ODS8, ODS 10	ODS 9, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 14, ODS 15, ODS 17, ODS 13	ODS 5, ODS 16

Anexo 3: Matriz de respostas/projectos socio-económicos correntes ou previstos para mitigar os impactos da COVID-19 na Guiné-Bissau

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
1	OMS	Reforço da capacidade de resposta e mitigação da pandemia da COVID-19 na Guiné-Bissau (STREAM)	<p>Objectivo geral: Contribuir para a implementação eficaz e atempada do Plano Nacional de Contingência (NCP) através do alargamento do apoio ao pilar de gestão de casos e aos pilares de vigilância, laboratório e IPC.</p> <p>Especificamente: Reduzir a morbidez e evitar o excesso de mortalidade de pacientes devido à COVID-19 nas comunidades e centros de isolamento/tratamento na Guiné-Bissau através do aumento da capacidade e melhor equipamento.</p>	Ministério da Saúde; parceiros da resposta nacional e sub-nacional; trabalhadores de saúde, e actores não ligados à saúde; imigração e funcionários dos PdE	União Europeia	USD 1.429.357	EUR 1.300.000 (equivalentes a USD 1.429.357)		A decorrer: Data de conclusão 24 Janeiro 2022	Alto Comissariado para a COVID-19
1	OMS	Capacitar a Guiné-Bissau para responder de forma atempada e deter a transmissão da COVID-19	<p>Objectivo geral: Apoiar o sistema de saúde da Guiné-Bissau numa resposta eficaz à emergência da COVID-19.</p> <p>Especificamente: capacidades melhoradas das autoridades nacionais de implementar de forma eficaz o Plano Nacional de Contingência; assistência médica urgente para necessidades relacionadas com a COVID-19 das populações locais.</p>	<p>População efectivamente afectada pela COVID-19; população mais susceptível à epidemia e a vulnerabilidades socio-económicas com particular atenção às mulheres em situação vulnerável, vítimas de VBG e crianças vulneráveis, em especial às vítimas ou potenciais vítimas de tráfico que vivem em escolas corânicas.</p> <p>Trabalhadores de saúde, funcionários de fronteiras e funcionários de PdE também são grupos visados.</p>	Fundo Fiduciário da ONU para Resposta e Recuperação da COVID-19 (UN COVID-19 MPTF)	USD 250.000	USD 250.000		Finalizado: Data de conclusão 24 Abril 2021	<p>Alto Comissariado para a COVID-19</p> <p>Ministério da Saúde Pública</p> <p>Ministério do Interior</p>

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
1	OMS	Actividades de vigilância, coordenação e comunicação de riscos, empenho comunitário e mobilização social (RCCE)		População geral	GAVI	USD 70.000	USD 70.000	USD 70.000	Finalizado: Data de conclusão 31 Dezembro 2020	Alto Comissariado para a COVID-19 Ministério da Saúde Pública
1	OMS				OMS /AFRO	USD 1.305.694	USD 1.035.694		Finalizado: Data de conclusão 31 Dezembro 2020	Alto Comissariado para a COVID-19 Ministério da Saúde Pública
1	OMS				OMS/AFRO	USD 34.389	USD 300.752		A decorrer: Data de conclusão 31 Dezembro 2021	Alto Comissariado para a COVID-19 Ministério da Saúde Pública
1	OMS	Aquisição de Ambulâncias			BM/PNUD	USD 408.336	USD 408.336		Finalizado: Data de conclusão 24 Setembro 2020	Alto Comissariado para a COVID-19 Ministério da Saúde Pública
1	OMS	Aquisição de equipamento, material de gestão de casos, IPC, laboratório			Governo da Guiné-Bissau (Banco Islâmico de Desenvolvimento)	USD 11.268.370	USD 11.268.370		Finalizado: Data de conclusão 30 Agosto 2021	Alto Comissariado para a COVID-19 Ministério da Saúde Pública
1	OMS				AFRO/OMS	488.370	388.370		Finalizado: Data de conclusão 30 Agosto 2021	Alto Comissariado para a COVID-19 Ministério da Saúde Pública
1	Banco Mundial	Apoio a vigilância, PPEs, equipamento (incluindo ambulâncias) e capacidade laboratorial	Apoio à resposta		IDA	USD 7.000.000	USD 7.000.000		A decorrer	Alto Comissariado para a COVID-19

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
1	Banco Mundial	Resposta e recuperação da COVID-19 e Apoio ao plano nacional de imunização	Prevenir, detectar e responder à ameaça da COVID-19 e reforçar os sistemas nacionais para a prontidão da saúde pública		IDA	USD 5.000.000	USD 5.000.000		Em preparação, aprovação esperada em Junho	Alto Comissariado para a COVID-19
1	OIM	Construção e Remodelação de instalações temporárias de isolamento	Prevenção e controlo de infecções	Pontos de entrada (PdE): Djegue (Cacheu), Fulamori (Gabu)	MPTF	27.414 USD	27.414 USD	0	A decorrer	Direcção Geral de Migrações e Fronteiras, Ministério da Saúde Pública e INASA
1	OIM	Aquisição de materiais de higiene e IPC	Prevenção e controlo de infecções	15 funcionários PdE	MPTF	19.000 USD	19.000 USD	0	A decorrer	Direcção Geral de Migrações e Fronteiras, Ministério da Saúde Pública e INASA
1	UNFPA	1. 5.487 jovens foram sensibilizados para FP / VIH / STI e encaminhados para consultas integradas FP / VIH, através da ONG ADPP; no 18-24 grupo de idade, temos 709 homens e 788 mulheres que beneficiaram da sensibilização de SRH; Para o uso dos serviços (aplicação dos métodos 291 e retirada 140) 2. Aconselhamento e rastreio: (144 homens incluindo 7 positivos e 267 mulheres incluindo 40 positivas)	Prevenção	População geral	UNFPA	60.000	50.907	0	Finalizado	Governo e CSOs

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
1	PAM	Resposta à COVID-19	O PAM, em colaboração com a Associação de Jovens Agricultores da Guiné-Bissau, promoveu actividades de consciencialização sobre as medidas de prevenção da COVID-19 ao nível das estações de rádio comunitárias em todas as regiões das país.	13.756 beneficiários					A decorrer	
			Apoio ao HNSM com cobertores, synthetic med thermal resistance, urinol metálico, arrastadeira metálica de hospital durante a COVID-19	6538 beneficiários					A decorrer	
			Máscaras para escolas e parceiros			18.9143,86 USD			A decorrer	Ministério de Educação
2			Reforçar a resiliência dos agregados familiares vulneráveis	35.000 beneficiários	USD 160.000				A decorrer	Ministério de Agricultura; Serviço Nacional de Protecção Civil; Ministério das Mulheres, Família e Solidariedade Social ONGs nacionais e internacionais
2		Disponibilização continuada de refeições escolares quentes e de doses para levar para casa; assegurar modalidade alternativa se as escolas voltarem a fechar;	Melhorar a nutrição dos alunos das escolas	195.000 beneficiários					A decorrer	Ministério de Educação e Nacional ONGs

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
		Tratamento de MAM e prevenção do crescimento retardado	Melhorar o estado de nutrição das crianças com menos de 5 anos	19.933 beneficiários					A decorrer	Ministério de Educação e ONGs nacionais
		Reforço da resiliência	<ul style="list-style-type: none"> •Disponibilização continuada de insumos, ferramentas e maquinaria através de parceiros nacionais para apoiar a produção agrícola na campanha de 2021 •Continuar a expandir o apoio de mercado aos pequenos agricultores •Implementar actividades de criação de activos 	17.899 beneficiários					A decorrer	Ministério de Educação e ONGs nacionais
		Reforço de capacidades	<p>Sistema de Monitorização da Segurança Alimentar e Nutrição</p> <p>Resolver a logística do Centro Nacional de Operações de Emergência de Saúde (COES), TIC, aquisição, e capacidade de comunicação;</p>		USD 660.000				A decorrer	<p>Serviço Nacional de Protecção Civil;</p> <p>Centro Nacional de Operações de Emergência de Saúde</p> <p>Alto Comissariado para a COVID-19</p> <p>Ministério de Educação;</p> <p>Ministério de Agricultura</p> <p>Instituto Nacional de Estatística</p>

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
1,2, 3&5	PNUD	Aquisição Protecção social	Reforçar a disponibilização de serviços sociais e de saúde de qualidade, e proporcionar um regime de protecção social. Os objectivos secundários são: i) Assegurar que o sistema de saúde esteja equipado com os meios necessários para responder à pandemia da COVID-19 e outras crises de saúde de forma atempada e com qualidade; ii) Oferecer um regime de protecção social às pessoas vulneráveis, às que contraíram a COVID-19 e àquelas cujos meios de subsistência estão ameaçados.	População de Bissau, especialmente juventude e mulheres	Governo Japonês e PNUD RFF2.0	\$ 1,5 M	\$1,5M	0	Previstos	
1	BM	Apoio à vigilância, EPP equipamento e capacidade laboratorial	Apoio à resposta à COVID-19	População geral	IDA	\$7M	\$7M	0	A decorrer	Alto Comissariado e MINSAP, PNUD
1	BM	Projecto de resposta à COVID-19	Apoio ao plano nacional de imunização	Trabalhadores de saúde e população prioritária	IDA	\$5M	\$5M	0	Previstos	Alto Comissariado, MINSAP
1	UNICEF									
1 & 2	OIM	Capacitação	Prevenção e resposta a doenças com potencial epidémico	Forças de segurança e autoridades de saúde	MPTF	17.431 USD	17.431 USD	0 USD	A decorrer	Direcção Geral de Migrações e Fronteiras, Ministério da Saúde Pública e INASA
1 & 2	OIM	RCCE	Campanhas de consciencialização sobre a prevenção dos riscos da COVID-19	Forças de segurança, autoridades de saúde e comunidades fronteiriças	MPTF	8.115 USD	8.115 USD	0 USD	Previstos	Direcção Geral de Migrações e Fronteiras, Ministério da Saúde Pública e INASA

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
2	UNFPA	1. O país tem a lei que proíbe e criminaliza a VBG (MGF e VBG), também tem a estratégia nacional de luta contra a MGF, a política nacional para a igualdade e equidade de género - PNIEG. O país também tem um plano estratégico nacional para a luta contra a COVID-19. Existe uma estratégia de consciencialização para a mudança de comportamento relativamente à prevenção e mecanismos de resposta a vítimas de VBG 2. O UNFPA, em colaboração com o Governo (Ministério de Família e Protecção Social) distribuiu 200 máscaras ao centro de recepção para as vítimas de VBG em Bissau que recebe jovens - homens e mulheres - vítimas de casamentos infantis e forçados	Prevenção	População geral	UNFPA	20.000	18.895	0	Finalizado	Governo e CSOs
2	FAO									
2	UNICEF									
2	Banco Mundial	Transferências de dinheiro	Dar a comunidades e agregados familiares pobres mais acesso a serviços sociais básicos e redes de protecção social	Comunidades	IDA	USD 15M	USD 15M	0	A decorrer	Implementação pelo Governo

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
2	Banco Mundial	Apoio ao Sistema Educativo Nacional	Melhorar o ambiente de ensino e aprendizagem do 1.º ao 4.º ano de escolaridade em escolas visadas na Guiné-Bissau	Alunos	IDA	USD 15M	USD 15M	0	A decorrer	Ministério de Educação
3	FAO	Oferecer insumos para a agricultura Oferecer dinheiro Apoiar acesso a serviços de aconselhamento técnico Oferecer sessões e kits de sensibilização para a prevenção da COVID	Melhorar a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis e reforçar a resiliência face ao impacto socio-económico da pandemia da COVID-19 na Guiné-Bissau.	47 000 HH	BM	12,5 M USD	SIM	NÃO	A decorrer	MADR ONG
3	BM	Projecto de Emergência de Segurança Alimentar para a Guiné-Bissau	Proteger os pobres e vulneráveis do impacto da crise económica e social despoletada pela pandemia da COVID-19	Agregados familiares em situação de insegurança alimentar na Guiné-Bissau	IDA	\$15M	\$15M		A decorrer	MADR, FAO
3	UNFPA									
3	PNUD	Alívio e Recuperação para as MPMEs e o sector privado da Guiné-Bissau em resposta à COVID-19	Oferecer alívio e recuperação imediatos às MPMEs e ao sector privado, assegurar a sua continuidade, melhorar a sua capacidade produtiva e aumentar a sua futura resiliência usando uma abordagem impulsionada pela procura.	MPMEs, sector privado, juventude e mulheres	BADEA, PNUD	\$9,4M	Sim	0	Previstos	

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
		Economia azul	Reconstruir melhor através de medidas com enfoque nos pontos fortes, pontos fracos, riscos e oportunidades da Guiné-Bissau enquanto SIDS: 1) Criar um ambiente propício ao empenho de todos os interessados, particularmente mulheres, jovens e sector privado; 2) Contribuir para o estabelecimento da economia azul; 3) Apoio a mulheres e juventude que se empenham em grande medida em actividades informais e diárias de geração de rendimento	MPMEs, juventude, mulheres	PNUD RFF2.0	\$3 M	\$1.5	\$1.5	A decorrer	
3		Resposta precoce à crise da COVID-19	Informar programas e políticas de recuperação			\$180K			Previstos	
3	UNICEF									
3 & 5	FIDA	Disponibilização de insumos e activos básicos de produção	Agregados familiares pobres e rurais visados têm um impacto mínimo na produtividade	Pequenos agricultores afectados pela pandemia, em particular mulheres e jovens	Facilidade de Estímulo aos Pobres Rurais (Fundo de resposta de emergência à COVID-19 criado pelo FIDA)	Etapa 1 – \$375.000 Etapa 2 – \$400.000	\$775.000	NA	Etapa 1 - A decorrer Etapa 2 - Previstos	Etapa 1 – fundo implementadas através de FIDA-financiados projecto PADES in colaboração com ONGs nacionais, infra-estruturas MdA e MO Etapa 2 - a determinar
3 & 5	FIDA	Disponibilizar informações relacionados com a agricultura através de serviços digitais	Serviços digitais alavancados nas zonas rurais visadas							

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
4	UNFPA	<p>1. Estudos em relação à COVID-19 foram feitos em 2020, estando disponíveis os relatórios.</p> <p>2. No quadro da parceria entre o UNFPA e o Alto Comissariado para a COVID-19, o UNFPA apoiou técnica e financeiramente o desenvolvimento e a implementação do estudo conciso CAP sobre a COVID-19, visando a população em geral e as mulheres grávidas em particular, jovens e adolescentes em 2 regiões, inquiridos 840 agregados familiares, 400 dos quais no SAB e 440 na Região de Biombo; foram estas informações que permitiram ao Alto Comissariado e ao Governo obter uma percepção mais clara, bem como informações e conhecimento sobre a doença e as medidas de prevenção e confinamento declaradas durante os estados de emergência.</p> <p>3. Também foi elaborado um estudo sobre a situação e as necessidades das pessoas que vivem na Guiné-Bissau com VIH no contexto da COVID-19. A parceria congregava o UNFPA com a UNAIDS. O número total de inquiridos foi 1.056, 718 dos quais foram mulheres e 338 homens.</p> <p>4-O estudo sobre o impacto da COVID-19 nos grupos vulneráveis / Mulheres e Juventude. O estudo abrangeu todo o território nacional</p>	Dados	População geral	UNFPA	20.000	14.634	0	Finalizado	Governo e CSOs

Pilar	Agência	Actividade	Objectivo	Visados/ Beneficiários	Fonte de financiamento	Orçamento total previsto	Orçamento conseguido	Lacuna	Status	Parceiros nacionais
4	PNUD	Inclusão financeira	1) Melhorar acesso a serviços financeiros, em particular para a diáspora e os grupos mais vulneráveis: MPMEs / sector informal / mulheres / juventude; 2) Melhorar quadros regulatórios e políticos existentes relacionados com serviços financeiros e desenvolvida a capacidade da instituição reguladora e cinco bancos comerciais locais; 3) Aumentada a literacia e consciência financeira e de 50.000, sendo 50% mulheres	MPMEs, Juventude, Mulheres	PNUD	\$1,5 M	\$800K	\$700K	A decorrer	
4	UNICEF									
5	PNUD	Empenho comunitário	Apoio às comunidades através da identificação de soluções e inovações locais de desenvolvimento local	Habitantes de zonas rurais, juventude, mulheres, pessoas com deficiências, LGBTQ	Itália, Banco Africano de Desenvolvimento, UND	\$450K	\$200K	\$250K	A decorrer	Alto Comissariado para a COVID-19
			Facilitar a consecução dos ODS na Guiné-Bissau	\$850K					Previsto	
5	UNICEF	Programa de transferências de dinheiro para famílias vulneráveis afectadas pela COVID-19	- Apoio a agregados familiares vulneráveis afectados pela COVID-19 nas regiões com os resultados de educação mais baixos com transferências de dinheiro para os ajudar a enviar as suas crianças para a escola apesar da deterioração da sua situação económica - Reforçar a resiliência das famílias vulneráveis relativamente à COVID-19	1400 agregados familiares em Oio, Bafatá, Gabu	GPE	\$750.000	\$750.000	0	0	Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério de Educação, CARITAS, RENLUV, ASPAAB, ECAS D
5	UNFPA									

Resumo das actividades previstas e correntes – Actividades de todos os pilares

Pilar	Área de Actividade	N.º de Actividades	Disponíveis	Lacuna	Agências a Contribuir
Pilar 1	Capacidade de resposta e mitigar impacto da COVID-19	7	13.501.313	0	OIM, Banco Mundial
Pilar 1	Reforço dos sistemas de saúde para dar uma resposta atempada e deter a propagação da COVID-19	15	20.518.827	0	PNUD, OMS, UNFPA, PAM, OIM, Banco Mundial
Pilar 1	Vigilância, Coordenação e comunicação de riscos	2	7.008.115	0	OIM, Banco Mundial
1: Saúde primeiro	TOTAIS	24	41.028.255	0	6
Pilar 2	Sistema de protecção social	6	17.774.000	0	PNUD, PAM, Banco Mundial, UNFPA, UNICEF
Pilar 2	Educação e apoio psico-social	6	18.146.643	0	UNICEF, PAM, Banco Mundial
2: Proteger as pessoas	TOTAIS	12	35.920.643	0	5
Pilar 3	Recuperação e resiliência das PME's incluindo produtores agrícolas	6	22.886.655	0	FIDA, FAO, PNUD, PAM
Pilar 3	Reforço das cadeias de fornecimento e valor	2	19.000.000	1.500.000	PNUD, Banco Mundial, FAO
3: Resposta e recuperação económica	TOTAIS	8	41.886.655	1.500.000	5
Pilar 4	Apoio ao financiamento sustentável	2	1.600.000	800.000	RCO/UNCT, PNUD
4: Resposta macroeconómica	TOTAIS	2	1.600.000	800.000	
Pilar 5	Reforço da coesão social	2	850.000	0	PNUD
Pilar 5	Reforço da resiliência das comunidades	2	31.200.000	250.000	PNUD, Banco Mundial
5: Coesão social	TOTAIS	4	32.050.000	250.000	2
FINANCIAMENTO			152.485.553	2.550.000	

Anexo 4: Lista de acrónimos

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BM	Banco Mundial
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCO	Gabinete do Coordenador Residente
UE	União Europeia
UNCDF	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime



**NAÇÕES
UNIDAS**
GUINÉ-BISSAU